
COMENTÁRIO DE DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Os comentários de desempenho estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Análise de resultados

CPFL Energia (Controladora)

Neste trimestre, o aumento no lucro líquido foi de R\$ 656.682 quando comparado ao mesmo período do exercício anterior (R\$ 1.107.775 em 2021 e R\$ 451.093 em 2020), principalmente pelo aumento nos resultados das participações societárias.

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO CONSOLIDADO

Empresa: CPFL Energia S.A.

	Consolidado					
	2º Trimestre			1º Semestre		
	2021	2020	Variação	2021	2020	Variação
Receita operacional bruta	12.702.826	9.846.540	29,0%	25.187.211	20.725.268	21,5%
Fornecimento de energia elétrica (*)	7.830.608	6.597.347	18,7%	16.447.717	14.747.821	11,5%
Suprimento de energia elétrica (*)	1.452.096	1.070.173	35,7%	2.516.335	2.197.668	14,5%
Receita de construção de infraestrutura da concessão	744.323	603.471	23,3%	1.366.859	1.099.275	24,3%
Outras receitas operacionais (*)	1.984.867	1.284.750	54,5%	3.912.930	2.853.047	37,1%
Ativo e passivo financeiro setorial	690.932	290.800	137,6%	943.371	(172.543)	-646,7%
Deduções da receita operacional	(3.890.018)	(3.284.895)	18,4%	(8.086.279)	(6.881.357)	17,5%
Receita operacional líquida	8.812.807	6.561.645	34,3%	17.100.932	13.843.911	23,5%
Custo com energia elétrica	(5.188.143)	(4.023.190)	29,0%	(10.165.430)	(8.364.609)	21,5%
Energia comprada para revenda	(4.098.957)	(3.544.665)	15,6%	(7.881.928)	(7.248.618)	8,7%
Encargo de uso do sist transm distrib	(1.089.186)	(478.525)	127,6%	(2.283.501)	(1.115.991)	104,6%
Custos e despesas operacionais	(2.092.896)	(1.847.997)	13,3%	(3.951.925)	(3.604.765)	9,6%
Pessoal	(384.366)	(357.444)	7,5%	(747.328)	(711.578)	5,0%
Entidade de previdência privada	(57.157)	(42.813)	33,5%	(113.494)	(88.252)	28,6%
Material	(82.550)	(58.786)	40,4%	(155.749)	(132.894)	17,2%
Serviço de terceiros	(159.365)	(151.010)	5,5%	(306.246)	(321.705)	-4,8%
Depreciação/amortização	(359.165)	(360.403)	-0,3%	(710.815)	(715.122)	-0,6%
Amortização de intangível de concessão	(71.537)	(72.109)	-0,8%	(143.699)	(144.219)	-0,4%
Custo de construção de infraestrutura da concessão	(741.005)	(600.507)	23,4%	(1.360.003)	(1.095.597)	24,1%
Outros	(237.751)	(204.926)	16,0%	(414.591)	(395.398)	4,9%
Resultado do serviço	1.531.770	690.458	121,8%	2.983.579	1.874.539	59,2%
Resultado financeiro	(9.257)	(72.259)	-87,2%	(130.301)	48.748	-367,3%
Receitas financeiras	323.729	182.483	77,4%	548.864	620.775	-11,6%
Despesas financeiras	(332.987)	(254.742)	30,7%	(679.165)	(572.027)	18,7%
Equivalência patrimonial	91.065	85.034	7,1%	181.315	170.194	6,5%
Resultado antes dos tributos	1.613.578	703.233	129,5%	3.034.593	2.093.481	45,0%
Contribuição social	(133.229)	(65.122)	104,6%	(256.390)	(195.031)	31,5%
Imposto de renda	(354.296)	(175.903)	101,4%	(690.913)	(532.117)	29,8%
Resultado Líquido do Período	1.126.053	462.207	143,6%	2.087.289	1.366.333	52,8%
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	1.107.775	451.093	145,6%	2.054.111	1.341.134	53,2%
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores	18.278	11.114	64,5%	33.178	25.199	31,7%
EBITDA	2.053.683	1.208.150	70,0%	4.019.697	2.904.363	38,4%

Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA				
Lucro Líquido	1.126.053	462.207	2.087.289	1.366.333
Depreciação e amortização	430.702	432.512	854.514	859.341
Amortização da mais valia de ativos	145	145	290	290
Resultado Financeiro	9.257	72.259	130.301	(48.748)
Contribuição social	133.229	65.122	256.390	195.031
Imposto de renda	354.296	175.903	690.913	532.117
EBITDA	2.053.683	1.208.150	4.019.697	2.904.363

(*) Para efeito de apresentação do comentário de desempenho, não é realizada a reclassificação de receita de disponibilidade de rede ao consumidor cativo - TUSD

Receita operacional bruta

A receita operacional bruta no 2º trimestre de 2021 foi de R\$ 12.702.826, representando um aumento de 29,0% (R\$ 2.856.286) quando comparado com o mesmo período do exercício anterior.

Os principais fatores desta variação foram:

- Aumento de 18,7% (R\$ 1.233.261) no fornecimento de energia elétrica principalmente por aumento de 15,5% nas tarifas médias (R\$ 1.052,714) e aumento de 2,7% no volume de energia vendida (R\$ 180.548);
- Aumento de R\$ 400.132 em ativo e passivo financeiro setorial, principalmente em função da maior constituição de passivos (R\$ 274.238) e da maior realização de ativos (R\$ 128.893);
- Aumento de 35,7% (R\$ 381.923) no suprimento de energia, motivado principalmente pelo:
 - Aumento na venda de energia de curto prazo na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica “CCEE” (R\$ 344.237), principalmente pelo aumento das tarifas médias de 215,3% (R\$ 363.702), compensado parcialmente pela redução na quantidade vendida de 10,3% (R\$ 19.465);

➤ Quantidade de energia vendida

No 2º trimestre de 2021, a quantidade de energia faturada para consumidores cativos no período, incluindo outras permissionárias, apresentou crescimento de +3,8% quando comparada com o mesmo trimestre do ano anterior. Esse crescimento se deve ao bom desempenho das principais classes de consumo, sendo que os crescimentos das classes comercial e industrial refletem principalmente o período de intensa restrição à atividade econômica ocorrido no 2º trimestre de 2020 devido à pandemia da covid-19.

O consumo da classe residencial representa 48,5% do total do mercado fornecido pela distribuidora e registrou crescimento de +4,0% no 2º trimestre de 2021 em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse crescimento reflete principalmente o efeito do incremento da quantidade de unidades consumidoras.

A classe comercial, que representa 16,9% do mercado total fornecido pela distribuidora, apresentou crescimento de +7,6% no 2º trimestre de 2021 em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse crescimento reflete principalmente o período de intensa restrição no 2º trimestre de 2020 causada pela pandemia da covid-19.

A classe industrial, que representa 10,6% do mercado total fornecido pela distribuidora, apresentou crescimento de +14,9% no 2º trimestre de 2021 em relação ao mesmo período do ano anterior. Assim como a classe comercial, esse crescimento da classe industrial também reflete principalmente o período de intensa restrição no 2º trimestre de 2020 causada pela pandemia da covid-19.

As demais classes de consumo (rural, poder público, iluminação pública, serviço público e permissionárias) participam com 24,1% do mercado total fornecido pela distribuidora. Estas classes apresentaram queda de -3,0% no 2º trimestre de 2021 devido principalmente a resultados negativos na classe permissionárias (queda de -22,3% causada fundamentalmente por reduções em contratos de compra e venda de energia).

Em relação à quantidade de energia vendida e transportada na área de concessão, que impacta tanto o fornecimento faturado (mercado cativo) como a cobrança da TUSD (mercado livre), houve crescimento de +12,9% quando comparada com o mesmo período do ano anterior. A variação por classe foi de +4,0% no residencial, +14,1% no comercial, +27,4% no industrial e +0,3% nas demais classes de consumo.

➤ Tarifas

No 2º trimestre de 2021, as tarifas de fornecimento de energia praticadas pelas controladas de distribuição são como segue:

Distribuidora	Mês	2021		2020	
		RTA / RTP	Percepção do consumidor (a)	RTA / RTP	Percepção do consumidor (a)
CPFL Paulista	Abril	17,62%	8,95%	14,90%	6,05%
CPFL Piratininga	Outubro	(b)	(b)	18,31%	9,82%
RGE	Junho	15,23%	9,95%	15,74%	6,09%
CPFL Santa Cruz	Março	17,19%	9,95%	10,71%	0,20%

- (a) Representa o efeito médio percebido pelo consumidor, em decorrência da retirada da base tarifária de componentes financeiros que haviam sido adicionados no reajuste tarifário anterior.
- (b) O reajuste para controlada CPFL Piratininga para 2021 ainda não ocorreu.

Deduções da receita operacional

As deduções da receita operacional no 2º trimestre de 2021 foram de R\$ 3.890.018, apresentando um aumento de 18,4% (R\$ 605.123) em relação ao mesmo trimestre de 2020, o qual ocorreu principalmente em função de:

- Aumento de 17,4% (R\$ 446.753) referente a tributos sobre a receita - ICMS, PIS, COFINS – (R\$491.699), parcialmente compensado pelo crédito relacionado à exclusão do PIS/COFINS sobre a base do ICMS vide nota 8 (R\$ 44.946);
- Aumento de 8,1% (R\$ 68.281) na CDE;
- Aumento de R\$ 60.081, redutor de deduções de R\$ 68 no 1º trimestre de 2020, em Bandeiras Tarifárias;

Custo com energia elétrica

O custo com energia elétrica neste trimestre totalizou R\$ 5.188.143, representando um aumento de 29,9% (R\$ 1.164.953) em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente justificada por:

- Aumento de R\$ 610.661 nos encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição, devido principalmente ao aumento em (i) encargos de serviço do sistema - ESS líquido do repasse da CONER (R\$ 428.658), (ii) encargos da rede básica (R\$ 242.257), compensados parcialmente por: (iii) crédito de PIS e COFINS (R\$ 61.709) e (iv) encargos da energia de reserva – EER (R\$ 26.947).
- Aumento de 15,6% (R\$ 554.292) em energia elétrica comprada para revenda, justificado por:
 - Aumento de 21,7% (R\$ 729.642) no preço médio;
 - Redução de 4,9% (R\$ 175.350) na quantidade de energia comprada.

Custos e despesas operacionais

Desconsiderando o custo de construção da infraestrutura da concessão, os custos e despesas operacionais neste trimestre foram de R\$ 1.351.891, aumento de 8,4% (R\$ 104.401) quando comparado com o mesmo período do ano anterior. Esta variação deve-se principalmente a:

- **Pessoal:** aumento de 7,5% (R\$ 26.922), decorrente principalmente pelos efeitos dos acordos coletivos;
- **Entidade de previdência privada:** aumento de 33,5% (R\$ 14.344) em função do registro dos impactos do laudo atuarial;
- **Material:** aumento de 40,4% (R\$ 23.764), principalmente em função do aumento em manutenção da frota;
- **Serviços de terceiros:** aumento de 5,5% (R\$ 8.356), principalmente pelo aumento em manutenção de hardware e software e poda de árvores;
- **Outras Despesas:** aumento de 16,0% (R\$ 32.825), principalmente por aumento em: (i) provisão para créditos de liquidação duvidosa (R\$ 19.666); (ii) despesas legais, judiciais e indenizações (R\$ 13.225), (iii) perda na alienação, desativação de ativos não circulantes (R\$ 12.347); parcialmente compensada pela redução em (iv) doações, Contribuições e Subvenções (R\$ 5.925).

Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido neste trimestre apresentou despesa de R\$ 9.257, comparada com R\$ 72.259 no mesmo período de 2020, representando redução de 87,2% (R\$ 63.002). Esta variação é decorrente basicamente de:

- Aumento nas receitas financeiras de 77,4% (R\$ 141.257), decorrente principalmente de aumento em: (i) Atualizações monetárias e cambiais (R\$ 78.549) e (ii) Atualização de créditos fiscais vide nota 8 (R\$ 56.678).
- Aumento nas despesas financeiras de 30,7% (R\$ 78.244), principalmente em função do aumento de: (i) atualizações monetárias e cambiais (R\$ 118.349); (ii) aumento em despesas com contratos de mútuos (R\$ 24.124); compensados parcialmente pela redução em (iii) encargos de dívidas (R\$ 70.064).

Equivalência Patrimonial

A variação na equivalência patrimonial no consolidado refere-se ao resultado das participações societárias em empreendimentos controlados em conjunto, conforme abaixo:

	<u>2º Trimestre 2021</u>	<u>2º Trimestre 2020</u>
Epasa	14.258	17.131
Baesa	(2.736)	(7.471)
Enercan	41.715	34.547
Chapecoense	37.973	40.972
Amortização da mais valia de ativos	(145)	(145)
Total	91.065	85.034

ENERCAN: Aumento de R\$ 7.168, devido principalmente pelo aumento na margem de operações com energia.

Contribuição Social e Imposto de Renda

As despesas com tributos sobre o resultado no 2º trimestre de 2021 foram de R\$ 487.525 e apresentaram um aumento de 102,3% (R\$ 246.500) em relação à registrada no mesmo trimestre de 2020, refletindo principalmente o aumento do lucro antes dos tributos.

Lucro Líquido e EBITDA

Em função dos fatores expostos acima, o lucro líquido apurado neste trimestre foi de R\$ 1.126.053, sendo 143,6% (R\$ 663.845) maior que o mesmo período de 2020.

O EBITDA (Lucro líquido excluindo os efeitos da depreciação, amortização, resultado financeiro, contribuição social e imposto de renda) para o 2º trimestre de 2021 foi de R\$ 2.053.683, sendo 70,0% (R\$ 845.533) maior que o apurado no mesmo período de 2020.

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO DAS CONTROLADAS/COLIGADAS

Controlada/Coligada: Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL

A controlada Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL é uma companhia aberta, e seu comentário de desempenho consta de suas Informações Trimestrais - ITR, de 30 de junho de 2021, arquivadas na CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

Controlada/Coligada: CPFL Geração de Energia S.A.

A controlada CPFL Geração de Energia S/A é uma companhia aberta, e seu comentário de desempenho individual e consolidado consta de suas Informações Trimestrais – ITR, de 30 de junho de 2021, arquivadas na CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

Controlada/Coligada: CPFL Energias Renováveis S.A.

A controlada **CPFL Energias Renováveis S.A.** é uma companhia aberta, e seu comentário de desempenho consolidado consta de suas Informações Trimestrais – ITR, de 30 de junho de 2021, arquivadas na CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

Controlada/Coligada: Companhia Piratininga de Força e Luz

A controlada Companhia Piratininga de Força e Luz é uma companhia aberta, e seu comentário de desempenho consta de suas Informações Trimestrais - ITR, de 30 de junho de 2021, arquivadas na CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

Controlada/Coligada: RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.

A controlada RGE Sul Distribuidora de Energia S.A é uma companhia aberta, e seu comentário de desempenho consta de suas Informações Trimestrais – ITR, de 30 de junho de 2021, arquivadas na CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

Controlada: CPFL Comercialização Brasil S.A.

Empresa: CPFL Comercialização Brasil S.A.

	Consolidado					
	2º Trimestre			1º Semestre		
	2021	2020	Varição	2021	2020	Varição
Receita operacional bruta	654.585	807.414	-18,9%	1.328.715	1.626.320	-18,3%
Fornecimento de energia elétrica	469.100	516.731	-9,2%	952.908	1.061.960	-10,3%
Suprimento de energia elétrica	185.424	290.682	-36,2%	375.723	564.185	-33,4%
Outras receitas operacionais	62	1	6081,7%	84	175	-52,0%
Deduções da receita operacional	(34.995)	(99.054)	-64,7%	(118.750)	(201.481)	-41,1%
Receita operacional líquida	619.590	708.360	-12,5%	1.209.965	1.424.839	-15,1%
Custo com energia elétrica	(573.300)	(675.993)	-15,2%	(1.138.277)	(1.382.859)	-17,7%
Energia comprada para revenda	(572.731)	(676.228)	-15,3%	(1.136.845)	(1.383.092)	-17,8%
Encargo de uso do sist transm distrib	(570)	235	-342,4%	(1.431)	233	-713,3%
Custos e despesas operacionais	(14.025)	(13.764)	1,9%	(24.464)	(25.081)	-2,5%
Pessoal	(8.202)	(9.114)	-10,0%	(14.929)	(17.025)	-12,3%
Material	(31)	(22)	41,2%	(55)	(82)	-33,6%
Serviço de terceiros	(4.487)	(1.728)	159,7%	(6.260)	(3.543)	76,7%
Depreciação/amortização	(1.010)	(480)	110,5%	(1.951)	(1.373)	42,1%
Outros	(293)	(2.124)	-86,2%	(1.267)	(3.057)	-58,5%
Resultado do serviço	32.265	18.603	73,4%	47.225	16.901	179,4%
Resultado financeiro	47.050	1.734	2613,4%	63.314	10.763	488,3%
Receitas financeiras	55.378	8.375	561,2%	77.793	17.976	332,8%
Despesas financeiras	(8.328)	(6.640)	25,4%	(14.479)	(7.213)	100,7%
Equivalência patrimonial	23.280	4.690	396,4%	45.251	32.361	39,8%
Resultado antes dos tributos	102.597	(25.029)	-509,9%	155.790	60.024	159,5%
Contribuição social	(7.440)	(1.857)	300,6%	(10.261)	(2.542)	303,7%
Imposto de renda	(20.649)	(5.379)	283,9%	(28.471)	(7.377)	285,9%
Resultado Líquido do Período	74.507	17.793	318,7%	117.059	50.106	133,6%
Lucro Líquido	74.508	17.793	318,8%	117.059	50.106	133,6%
EBITDA	57.814	24.666	134,4%	95.645	52.669	81,6%

Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA

Lucro Líquido	74.508	17.793	117.059	50.106
Depreciação e amortização	1.011	480	1.951	1.373
Amortização da mais valia de ativos	1.257	892	1.217	2.035
Resultado Financeiro	(47.050)	(1.734)	(63.314)	(10.763)
Contribuição social	7.440	1.857	10.261	2.542
Imposto de renda	20.649	5.379	28.471	7.377
EBITDA	57.814	24.666	95.645	52.669

Receita Operacional Bruta

A Receita operacional bruta do 2º trimestre de 2021 foi de R\$ 654.585, demonstrando uma redução de R\$ 152.829 (18,9%) em relação ao mesmo trimestre de 2020, principalmente por (i) redução nas operações de suprimento de energia em 36,2% (R\$ 105.258) em função da redução em 41,8% no volume da energia comercializada (R\$ 137.859), compensado pelo aumento de preço médio em 11,5% (R\$ 33.985); (ii) redução em 9,2% (R\$ 47.631) no fornecimento de energia elétrica, em função da redução no volume em 8% (R\$ 40.698), principalmente pela queda no fornecimento de energia para clientes industriais, aliado a redução de preço médio em 1,7% (R\$ 8.813).

Deduções da Receita Operacional

As Deduções da receita operacional do 2º trimestre de 2021 foi de R\$ 34.995, demonstrando uma redução de R\$ 64.059 (64,7%) em relação ao mesmo trimestre de 2020, principalmente pelo reconhecimento de créditos tributários durante o 2º trimestre de 2021 (R\$ 44.945).

Custo com Energia Elétrica

O custo com energia elétrica no 2º trimestre de 2021 foi de R\$ 573.300, demonstrando uma redução de R\$ 102.693 (15,2%) em relação ao mesmo trimestre de 2020, explicado basicamente por uma redução no volume de energia comprada em 22,63% (R\$ 167.502), compensado parcialmente pelo aumento de preço médio em 9,45% (R\$ 63.872).

Custos e Despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais apurados no 2º trimestre de 2021 foram de R\$ 14.025, demonstrando um aumento de R\$ 261 (1,9%) em relação ao mesmo trimestre de 2020, explicado basicamente pelo aumento de provisão de gastos com licença de uso de softwares R\$ 418, compensado parcialmente pela redução da provisão da taxa CCEE R\$ 95 e na provisão de publicidade e propagada R\$ 80.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro apurado no 2º trimestre de 2021 foi uma receita financeira de R\$ 47.050, representando um aumento de 2.613,4% (R\$ 45.316) em relação ao mesmo trimestre de 2020.

Receita Financeira: Aumento 561,2% (R\$ 47.003), devido principalmente ao aumento de receita financeira na atualização de créditos tributários (R\$ 40.132), aliado a receita de atualização monetária de contas a receber com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica-CCEE (R\$ 5.882), aliado a aumento nos rendimentos de aplicações financeiras (R\$ 1.877), compensado parcialmente pela redução em multas e acréscimo moratórios (R\$ 408).

Despesas Financeiras: Aumento de 25,4% (R\$ 1.688), explicado principalmente pelo aumento nos juros de contratos de mútuo (R\$ 4.481), compensado parcialmente pela redução nos encargos de dívidas, empréstimos e derivativos (R\$ 2.815).

O resultado de equivalência patrimonial apurado no 2º Trimestre de 2021 foi positivo em R\$ 23.280, explicado majoritariamente pelo registro da participação societária da investida RGE Sul.

Lucro Líquido do Período e EBITDA

O resultado apurado no 2º trimestre de 2021 foi um lucro de R\$ 103.435, demonstrando um aumento de R\$ 85.642 (481,3%) quando comparado com o mesmo trimestre de 2020.

O EBITDA (Lucro líquido antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social, depreciação, amortização) para o 2º trimestre de 2021 foi de R\$ 57.814, um aumento de 134,4% quando comparado com o mesmo trimestre de 2020, que foi de R\$ 24.666 (informações não revisadas pelos Auditores Independentes).

SUMÁRIO

ATIVO	10
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	11
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS.....	11
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES	13
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	14
FLUXO DE CAIXA	15
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONA.....	16
(1) CONTEXTO OPERACIONAL.....	17
(2) APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS	20
(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS	22
(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO	22
(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	23
(6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	24
(7) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS.....	24
(8) TRIBUTOS A COMPENSAR.....	25
(9) ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL.....	27
(10) CRÉDITOS E DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS	27
(11) ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO.....	29
(12) OUTROS ATIVOS	30
(13) INVESTIMENTOS	30
(14) IMOBILIZADO	36
(15) INTANGÍVEL	37
(16) ATIVO CONTRATUAL.....	Erro! Indicador não definido.
(17) FORNECEDORES	38
(18) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	39
(19) DEBÊNTURES	42
(20) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA	43
(21) TAXAS REGULAMENTARES	45
(22) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER.....	45
(23) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS ..	46
(24) OUTRAS CONTAS A PAGAR.....	47
(25) PATRIMÔNIO LÍQUIDO	48
(26) LUCRO POR AÇÃO	48
(27) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	49
(28) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA.....	51
(29) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS.....	52
(30) RESULTADO FINANCEIRO.....	53
(31) INFORMAÇÕES POR SEGMENTO	53
(32) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	54
(33) GESTÃO DE RISCOS	54
(34) INSTRUMENTOS FINANCEIROS	55
(35) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA	60
(36) FATOS RELEVANTES E EVENTOS SUBSEQUENTES	61



CPFL Energia S.A.
Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	34.101	395.745	2.738.478	3.918.796
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	283.106	1.872.079
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	-	-	5.079.884	5.206.854
Estoques		-	-	119.097	96.182
Dividendo e juros sobre o capital próprio	13	277.913	1.166.469	125.272	80.647
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	3.123	3.464	53.500	87.779
Outros tributos a compensar	8	6.996	4.600	364.540	337.266
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	8.1	-	-	499.230	-
Derivativos	34	-	-	327.316	744.660
Ativo financeiro setorial	9	-	-	781.284	558.884
Ativo contratual	15	-	-	25.368	24.833
Outros ativos	12	5.115	281	1.035.914	883.824
Total do circulante		327.249	1.570.560	11.432.989	13.811.803
Não circulante					
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	-	-	474.955	828.314
Mútuo entre coligadas, controladas e controladora	32	477.753	472.775	-	-
Depósitos judiciais	23	357	399	767.642	764.760
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	392	-	109.996	35.415
Outros tributos a compensar	8	-	-	244.343	218.348
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	8.1	-	-	8.705.286	150.632
Ativo financeiro setorial	9	-	-	366.049	108.908
Derivativos	34	-	-	745.582	1.340.113
Créditos fiscais diferidos	10	10.989	25.080	640.867	585.869
Ativo financeiro da concessão	11	-	-	11.523.528	10.347.567
Investimentos em instrumentos patrimoniais		-	-	116.654	116.654
Outros ativos	12	2.609	3.059	204.533	172.140
Investimentos	13	14.722.360	13.182.704	1.054.671	1.015.918
Imobilizado	14	1.942	2.140	8.808.609	8.797.903
Intangível	16	184	3.783	8.795.531	8.969.637
Ativo contratual	15	-	-	2.140.173	1.842.905
Total do não circulante		15.216.586	13.689.941	44.698.420	35.295.081
Total do ativo		15.543.834	15.260.501	56.131.409	49.106.884

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.



CPFL Energia S.A.

Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Circulante					
Fornecedores	17	903	3.237	3.755.053	3.909.517
Empréstimos e financiamentos	18	-	-	1.632.425	2.797.195
Debêntures	19	-	-	1.043.310	1.191.270
Entidade de previdência privada	20	-	-	339.869	199.803
Taxas regulamentares	21	-	-	203.116	108.371
Imposto de renda e contribuição social a recolher	22	-	8.443	351.839	91.470
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	22	1.437	472	741.549	873.752
Mútuo entre coligadas, controladas e controladora	32	-	-	2.444.499	2.409.545
Dividendo		15.255	874.954	68.970	906.852
Obrigações estimadas com pessoal		-	-	182.044	133.429
Derivativos	34	-	-	2.482	1.354
Passivo financeiro setorial	9	-	-	-	41.514
Provisões para desmobilização e gastos ambientais		-	-	19.903	19.946
Uso do bem público		-	-	16.212	12.573
Outras contas a pagar	24	19.205	23.212	1.658.175	1.709.358
Total do circulante		36.802	910.317	12.459.444	14.405.951
Não circulante					
Fornecedores	17	-	-	367.999	456.658
Empréstimos e financiamentos	18	-	-	7.970.086	8.624.840
Debêntures	19	-	-	6.337.640	6.257.032
Entidade de previdência privada	20	-	-	2.549.723	2.759.826
Imposto de renda e contribuição social a recolher	22	-	-	167.775	165.900
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	22	-	-	856	839
Débitos fiscais diferidos	10	-	-	794.562	767.807
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	23	110	114	609.123	616.136
Mútuo entre coligadas, controladas e controladora	32	401.634	400.025	-	-
Derivativos	34	-	-	13.762	-
Passivo financeiro setorial	9	-	-	-	185.592
Provisões para desmobilização e gastos ambientais		-	-	191.567	184.955
Uso do bem público		-	-	125.512	112.055
PIS/COFINS devolução consumidores	8.1	-	-	8.890.637	114.484
Outras contas a pagar	24	11.519	14.266	271.731	219.032
Total do não circulante		413.263	414.406	28.290.972	20.465.155
Patrimônio líquido					
Capital social	25	9.388.071	9.388.071	9.388.071	9.388.071
Reserva de capital		(1.646.570)	(1.643.775)	(1.646.570)	(1.643.775)
Reserva legal		1.218.283	1.218.283	1.218.283	1.218.283
Reserva estatutária - reforço de capital de giro		5.803.185	5.803.185	5.803.185	5.803.185
Dividendo		-	865.248	-	865.248
Resultado abrangente acumulado		(1.737.053)	(1.695.235)	(1.737.053)	(1.695.235)
Lucros acumulados		2.067.855	-	2.067.855	-
		15.093.770	13.935.777	15.093.770	13.935.777
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores		-	-	287.223	300.001
Total do patrimônio líquido		15.093.770	13.935.777	15.380.992	14.235.778
Total do passivo e do patrimônio líquido		15.543.834	15.260.501	56.131.409	49.106.884

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.



CPFL Energia S.A.

Demonstrações dos resultados para os períodos findos em 30 de junho de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

Nota explicativa	Controladora				Consolidado			
	2021		2020		2021		2020	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Receita operacional líquida	11	23	-	(3.983)	8.812.807	17.100.932	6.561.645	13.843.911
Custo do serviço								
Custo com energia elétrica	-	-	-	-	(5.188.143)	(10.165.430)	(4.023.190)	(8.364.609)
Custo com operação	-	-	-	-	(803.054)	(1.564.500)	(715.287)	(1.461.914)
Depreciação e amortização	-	-	-	-	(327.890)	(652.443)	(330.383)	(659.600)
Outros custos com operação	-	-	-	-	(475.174)	(912.057)	(384.904)	(802.314)
Custo com serviço prestado a terceiros	-	-	-	-	(742.046)	(1.362.133)	(601.904)	(1.098.081)
Lucro operacional bruto	11	23	-	(3.983)	2.079.564	4.008.869	1.221.264	2.919.307
Despesas operacionais								
Despesas com vendas	-	-	-	-	(212.195)	(374.441)	(192.718)	(367.110)
Depreciação e amortização	-	-	-	-	(2.276)	(4.567)	(1.705)	(3.628)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	(99.794)	(153.975)	(80.128)	(137.972)
Outras despesas com vendas	-	-	-	-	(110.125)	(215.899)	(110.885)	(225.510)
Despesas gerais e administrativas	(7.212)	(14.803)	(9.256)	(20.514)	(225.753)	(429.731)	(239.764)	(469.820)
Depreciação e amortização	(105)	(211)	(103)	(199)	(29.009)	(53.805)	(28.315)	(51.894)
Outras despesas gerais e administrativas	(7.107)	(14.592)	(9.153)	(20.315)	(196.744)	(375.926)	(211.449)	(417.926)
Outras despesas operacionais	-	-	-	-	(109.846)	(221.118)	(98.324)	(207.839)
Amortização de intangível da concessão	-	-	-	-	(71.537)	(143.699)	(72.109)	(144.219)
Outras despesas operacionais	-	-	-	-	(38.309)	(77.419)	(26.215)	(63.620)
Resultado do serviço	(7.201)	(14.780)	(9.255)	(24.497)	1.531.770	2.983.579	690.458	1.874.539
Resultado de participações societárias	13	1.113.104	2.078.062	457.975	1.357.390	91.065	181.315	85.034
Resultado antes do resultado financeiro	1.105.903	2.063.282	448.720	1.332.893	1.622.835	3.164.894	775.492	2.044.733
Resultado financeiro	30	6.413	10.521	3.767	8.830	323.729	548.864	182.483
Receitas financeiras		(3.515)	(5.601)	(9)	(25)	(332.987)	(679.165)	(254.742)
Despesas financeiras		2.899	4.920	3.758	8.806	(9.257)	(130.301)	(72.259)
Lucro antes dos tributos	10	1.108.802	2.068.202	452.478	1.341.699	1.613.578	3.034.593	703.233
Contribuição social		78	(3.059)	98	766	(133.229)	(256.390)	(65.122)
Imposto de renda		(1.104)	(11.032)	(1.483)	(1.332)	(354.296)	(690.913)	(175.903)
		(1.027)	(14.091)	(1.385)	(565)	(487.525)	(947.303)	(241.025)
Lucro líquido do período		1.107.775	2.054.111	451.093	1.341.134	1.126.053	2.087.289	462.207
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores					1.107.775	2.054.111	451.093	1.341.134
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores					18.278	33.178	11.114	25.199
Lucro por ação atribuído aos acionistas controladores - R\$	26				0,96	1,78	0,39	1,16

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias



CPFL Energia S.A.
Demonstrações dos resultados abrangentes para os períodos findos em 30 de junho de 2021 e 2020
 (Em milhares de reais)

	Controladora			
	2021		2020	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Lucro líquido do período	1.107.775	2.054.111	451.093	1.341.134
Outros resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:				
Resultado abrangente do período reflexo sobre os investimentos da Companhia	(13.853)	(28.075)	(13.820)	343.185
Resultado abrangente do período	1.093.922	2.026.036	437.273	1.684.319

	Consolidado			
	2021		2020	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Lucro líquido do período	1.126.053	2.087.289	462.207	1.366.333
Outros resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:				
- Ganhos (Perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	(843)	(1.716)	(1.936)	270.660
- Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	(13.010)	(26.359)	(11.884)	72.525
Resultado abrangente consolidado do período	1.112.200	2.059.214	448.387	1.709.518
Resultado abrangente atribuído aos acionistas controladores	1.093.922	2.026.036	437.273	1.684.319
Resultado abrangente atribuído aos acionistas não controladores	18.278	33.178	11.114	25.199

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias



CPFL Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os períodos findos em 30 de junho de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Reserva de lucros					Resultado abrangente acumulado			Participação de acionistas não controladores			
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva estatutária / Reforço de capital de giro	Dividendo	Custo atribuído	Entidade de previdência privada / Risco de crédito na marcação a mercado	Lucros acumulados	Total	Resultado abrangente acumulado	Outros componentes do patrimônio líquido	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2019	9.388.081	(1.640.962)	1.036.125	4.046.305	1.433.295	355.049	(1.623.514)	-	12.994.381	8.278	280.578	13.283.238
Resultado abrangente total	-	-	-	-	-	-	343.185	1.341.134	1.684.319	-	25.199	1.709.518
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	1.341.134	1.341.134	-	25.199	1.366.333
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	72.525	-	72.525	-	-	72.525
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	270.660	-	270.660	-	-	270.660
Mutações internas do patrimônio líquido	-	-	-	-	-	(12.834)	-	12.834	-	(889)	856	(33)
Realização do custo atribuído de ativo imobilizado	-	-	-	-	-	(19.445)	-	19.445	-	(1.347)	1.347	-
Efeitos fiscais sobre a realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	6.611	-	(6.611)	-	458	(458)	-
Outras movimentações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(33)	(33)
Transações de capital com os acionistas	(1)	(1.782)	-	-	-	-	-	837	(946)	-	(38.933)	(39.879)
Custo na emissão de ações	(1)	-	-	-	-	-	-	-	(1)	-	-	(1)
Ganho (perda) em participação sem alteração no controle	-	(1.782)	-	-	-	-	-	-	(1.782)	-	(1.566)	(3.348)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(37.367)	(37.367)
Dividendo prescrito	-	-	-	-	-	-	-	837	837	-	-	837
Saldo em 30 de junho de 2020	9.388.080	(1.642.743)	1.036.125	4.046.305	1.433.295	342.215	(1.280.329)	1.354.805	14.677.754	7.389	267.700	14.952.844
Saldo em 31 de dezembro de 2020	9.388.071	(1.643.775)	1.218.283	5.803.185	865.248	329.502	(2.024.737)	-	13.935.777	6.501	293.499	14.235.778
Resultado abrangente total	-	-	-	-	-	-	(28.075)	2.054.111	2.026.036	-	33.178	2.059.214
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	2.054.111	2.054.111	-	33.178	2.087.289
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	(26.359)	-	(26.359)	-	-	(26.359)
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	(1.716)	-	(1.716)	-	-	(1.716)
Mutações internas do patrimônio líquido	-	-	-	-	-	(13.744)	-	13.744	-	(889)	826	(63)
Realização do custo atribuído de ativo imobilizado	-	-	-	-	-	(20.824)	-	20.824	-	(1.347)	1.347	-
Efeitos fiscais sobre a realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	7.080	-	(7.080)	-	458	(458)	-
Outras movimentações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(63)	(63)
Transações de capital com os acionistas	-	(2.795)	-	-	(865.248)	-	-	-	(868.043)	-	(45.893)	(913.936)
Ganho (perda) em participação sem alteração no controle	-	(2.795)	-	-	-	-	-	-	(2.795)	-	2.795	-
Aprovação da proposta de dividendo	-	-	-	-	(865.248)	-	-	-	(865.248)	-	(48.688)	(913.936)
Saldo em 30 de junho de 2021	9.388.071	(1.646.570)	1.218.283	5.803.185	-	315.758	(2.052.812)	2.067.855	15.093.770	5.612	281.610	15.380.992

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.



CPFL Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os períodos findos em 30 de junho de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Lucro antes dos tributos	2.068.202	1.341.699	3.034.593	2.093.481
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais				
Depreciação e amortização	211	199	854.514	859.341
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	338	47	44.271	48.203
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	153.975	137.972
Encargos de dívida e atualizações monetárias e cambiais	(954)	(7.883)	27.081	119.333
Despesa (receita) com entidade de previdência privada	-	-	113.494	88.252
Equivalência patrimonial	(2.078.062)	(1.357.390)	(181.315)	(170.194)
Perda (ganho) na baixa de não circulante	-	-	72.886	58.755
Repactuação do risco hidrológico	-	-	(1.330)	-
Outros	-	-	(76.767)	3.868
	(10.265)	(23.328)	4.041.402	3.239.010
Redução (aumento) nos ativos operacionais				
Consumidores, concessionárias e permissionárias	-	-	326.353	568.940
Dividendo e juros sobre o capital próprio recebidos	1.396.092	194.652	97.937	86.877
Tributos a compensar	(1.024)	32.520	(182.120)	35.381
Depósitos judiciais	44	(81)	4.361	(7.418)
Ativo financeiro setorial	-	-	(442.071)	236.563
Contas a receber - CDE	-	-	(51.852)	6
Adições de ativo de transmissão	-	-	(74.115)	(39.871)
Adiantamento a fornecedores	-	-	(1.932)	(19.740)
Ordens em curso	270	52	(58.352)	(81.050)
Outros ativos operacionais	(192)	189	(226.585)	(182.121)
Aumento (redução) nos passivos operacionais				
Fornecedores	(2.333)	(4.403)	(273.164)	(511.256)
Outros tributos e contribuições sociais	(257)	(23.206)	(114.668)	324.737
Outras obrigações com entidade de previdência privada	-	-	(185.246)	(93.500)
Taxas regulamentares	-	-	94.745	(52.422)
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(340)	(39)	(80.119)	(119.648)
Passivo financeiro setorial	-	-	(252.259)	(64.020)
Contas a pagar - CDE	-	-	(30.605)	(8.733)
Outros passivos operacionais	(9.376)	(10.950)	11.947	467.294
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	1.372.619	165.406	2.603.659	3.779.029
Encargos de dívidas e debêntures pagos	-	-	(270.022)	(432.191)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(8.443)	(42.318)	(622.170)	(343.553)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	1.364.176	123.088	1.711.466	3.003.283
Atividades de investimento				
Redução (Aumento) de capital em investidas	-	-	-	(3.348)
Aquisições de imobilizado	-	(258)	(293.674)	(110.745)
Adições de ativo contratual	-	-	(1.334.482)	(999.272)
Adições e construções de intangível	(874)	(32)	(12.153)	(13.924)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados - aplicações	-	-	(104.717)	(1.429.206)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados - resgates	-	-	1.691.690	946.674
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	(35.000)	-	-
Mútuos concedidos a controladas e coligadas	-	(46.945)	-	-
Recebimentos de mútuos com controladas e coligadas	-	63.205	-	-
Outros	-	-	(723)	-
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	(874)	(19.030)	(54.060)	(1.609.822)
Atividades de financiamento				
Custo na emissão de ações	-	(1)	-	(1)
Captação de empréstimos e debêntures	-	-	1.464.172	4.665.557
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	-	-	(3.305.295)	(2.036.449)
Liquidação de operações com derivativos	-	-	754.677	195.893
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	(1.724.946)	(115)	(1.751.279)	(16.364)
Captações de mútuos entre coligadas, controladas e controladora	-	-	-	850.000
Amortizações de mútuos entre coligadas, controladas e controladora	-	-	-	(1.630)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	(1.724.946)	(116)	(2.837.725)	3.657.006
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(361.644)	103.942	(1.180.317)	5.050.469
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	395.745	33.909	3.918.796	1.937.163
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	34.101	137.851	2.738.478	6.987.632

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.



CPFL Energia S.A.

Demonstrações do valor adicionado para os períodos findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2021 1º semestre	2020 1º semestre	2021 1º semestre	2020 1º semestre
1 - Receita	(3.561)	(3.693)	25.162.811	20.704.257
1.1 Receita de venda de energia e serviços	25	(3.983)	23.820.353	19.625.994
1.2 Receita relativa à construção de ativos próprios	(3.586)	289	129.574	116.960
1.3 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	-	-	1.366.859	1.099.275
1.4 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(153.975)	(137.972)
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(1.277)	(6.121)	(13.462.793)	(11.179.764)
2.1 Custo com energia elétrica	-	-	(11.263.145)	(9.283.909)
2.2 Material	(71)	(302)	(935.885)	(775.757)
2.3 Serviços de terceiros	287	(3.682)	(906.921)	(796.840)
2.4 Outros	(1.492)	(2.137)	(356.843)	(323.257)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	(4.837)	(9.815)	11.700.018	9.524.493
4 - Retenções	(211)	(199)	(858.658)	(863.320)
4.1 Depreciação e amortização	(211)	(199)	(714.958)	(719.101)
4.2 Amortização do intangível de concessão	-	-	(143.699)	(144.219)
Adições ativo contratual de transmissão	(5.048)	(10.014)	10.841.360	8.661.173
6 - Valor adicionado recebido em transferência	2.089.096	1.366.651	754.142	808.797
6.1 Receitas financeiras	11.034	9.261	572.827	638.602
6.2 Equivalência patrimonial	2.078.062	1.357.390	181.315	170.194
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	2.084.048	1.356.637	11.595.502	9.469.970
8 - Distribuição do valor adicionado				
8.1 Pessoal e encargos	8.053	12.166	809.150	746.566
8.1.1 Remuneração direta	4.438	5.965	438.872	407.879
8.1.2 Benefícios	3.145	5.285	338.342	307.083
8.1.3 F.G.T.S	471	916	31.936	31.604
8.2 Impostos, taxas e contribuições	16.136	3.182	7.956.356	6.719.632
8.2.1 Federais	16.094	3.140	4.162.193	3.404.789
8.2.2 Estaduais	42	42	3.775.177	3.297.738
8.2.3 Municipais	-	-	18.986	17.105
8.3 Remuneração de capital de terceiros	5.747	155	742.706	637.439
8.3.1 Juros	5.600	8	694.784	583.033
8.3.2 Aluguéis	147	147	47.922	54.406
8.4 Remuneração de capital próprio	2.054.111	1.341.134	2.087.289	1.366.333
8.4.1 Lucros retidos	2.054.111	1.341.134	2.087.289	1.366.333
	2.084.048	1.356.637	11.595.502	9.469.970

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CPFL ENERGIA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE JUNHO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A CPFL Energia S.A. (“CPFL Energia” ou “Companhia”), é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída com o objetivo principal de atuar como holding, participando no capital de outras sociedades, dedicadas primariamente às atividades de distribuição, geração e comercialização de energia elétrica no Brasil.

A sede administrativa da Companhia está localizada na Rua Jorge Figueiredo Corrêa, nº 1.632, Jardim Professora Tarcília, CEP 13087-397 – Campinas - SP - Brasil.

A Companhia possui participações diretas e indiretas nas seguintes controladas e empreendimentos controlados em conjunto:

Distribuição de energia	Tipo de sociedade	Participação societária	Localização / Área de concessão (Estado)	Nº de municípios	Nº de consumidores aproximados (em milhares)	Prazo da concessão	Término da concessão
Companhia Paulista de Força e Luz (“CPFL Paulista”)	Sociedade por ações de capital aberto	Direta 100%	Interior de São Paulo	234	4.722	30 anos	Novembro de 2027
Companhia Piratininga de Força e Luz (“CPFL Piratininga”)	Sociedade por ações de capital aberto	Direta 100%	Interior e litoral de São Paulo	27	1.848	30 anos	Outubro de 2023
RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. (“RGE”)	Sociedade por ações de capital aberto	Direta e Indireta 100%	Interior do Rio Grande do Sul	381	3.003	30 anos	Novembro de 2027
Companhia Jaguarí de Energia (“CPFL Santa Cruz”)	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 100%	Interior de São Paulo, Paraná e Minas Gerais	45	481	30 anos	Julho de 2045

Geração e Transmissão de energia	Tipo de sociedade	Participação societária	Localização (Estado)	Nº usinas / tipo de energia	Potência instalada (MW)	
					Total	Participação CPFL
CPFL Energias Renováveis S.A. (“CPFL Renováveis”)	Sociedade por ações de capital aberto	Direta e indireta 100%	(b)	(b)	(b)	(b)
CPFL Geração de Energia S.A. (“CPFL Geração”)	Sociedade por ações de capital aberto	Direta 100%	São Paulo	n/a	n/a	n/a
CERAN - Companhia Energética Rio das Antas (“CERAN”)	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 65%	Rio Grande do Sul	3 usinas hidrelétricas	360	234
Foz do Chapecó Energia S.A. (“Foz do Chapecó”)	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 51% (c)	Santa Catarina e Rio Grande do Sul	1 usina hidrelétrica	855	436
Campos Novos Energia S.A. (“ENERCAN”)	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 48,72%	Santa Catarina	1 usina hidrelétrica	880	429
Centrais Elétricas da Paraíba S.A. (“EPASA”)	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 53,34%	Paraíba	2 usinas termelétricas	342	182
Paulista Lajeado Energia S.A. (“Paulista Lajeado”)	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 59,93% (a)	Tocantins	1 usina hidrelétrica	903	38
CPFL Transmissão de Energia Piracicaba Ltda (“CPFL Piracicaba”)	Sociedade limitada	Indireta 100%	São Paulo	n/a	n/a	n/a
CPFL Transmissão de Energia Morro Agudo Ltda (“CPFL Morro Agudo”)	Sociedade limitada	Indireta 100%	São Paulo	n/a	n/a	n/a
CPFL Transmissão de Energia Maracanaú Ltda (“CPFL Maracanaú”)	Sociedade limitada	Indireta 100%	Ceará	n/a	n/a	n/a
CPFL Transmissão de Energia Sul I Ltda (“CPFL Sul I”)	Sociedade limitada	Indireta 100%	Santa Catarina	n/a	n/a	n/a
CPFL Transmissão de Energia Sul II Ltda (“CPFL Sul II”)	Sociedade limitada	Indireta 100%	Rio Grande do Sul	n/a	n/a	n/a

Comercialização de energia	Tipo de sociedade	Atividade preponderante	Participação societária
CPFL Comercialização Brasil S.A. ("CPFL Brasil")	Sociedade por ações de capital fechado	Comercialização de energia	Direta 100%
Clion Assessoria e Comercialização de Energia Elétrica Ltda ("CPFL Meridional")	Sociedade limitada	Comercialização e prestação de serviços de energia	Indireta 100%
CPFL Comercialização de Energia Cone Sul Ltda ("CPFL Cone Sul")	Sociedade limitada	Comercialização de energia e participação no capital social de outras companhias	Indireta 100%
CPFL Planalto Ltda ("CPFL Planalto")	Sociedade limitada	Comercialização de energia	Direta 100%
CPFL Brasil Varejista de Energia Ltda ("CPFL Brasil Varejista")	Sociedade limitada	Comercialização de energia	Indireta 100%
Prestação de serviços	Tipo de sociedade	Atividade preponderante	Participação societária
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A. ("CPFL Serviços")	Sociedade por ações de capital fechado	Fabricação, comercialização, locação e manutenção de equipamentos eletro-mecânicos e prestação de serviços	Direta 100%
Nect Serviços Administrativos de Infraestrutura Ltda ("CPFL Infra")	Sociedade limitada	Prestação de serviços de infraestrutura e frota	Direta 100%
Nect Serviços Administrativos de Recursos Humanos Ltda ("CPFL Pessoas")	Sociedade limitada	Prestação de serviços de recursos humanos	Direta 100%
Nect Serviços Administrativos Financeiros Ltda ("CPFL Finanças")	Sociedade limitada	Prestação de serviços financeiros	Direta 100%
Nect Serviços Adm de Suprimentos E Logística Ltda ("CPFL Supre")	Sociedade limitada	Prestação de serviços de suprimentos e logística	Direta 100%
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda ("CPFL Atende")	Sociedade limitada	Prestação de serviços de tele-atendimento	Direta 100%
CPFL Total Serviços Administrativos S.A. ("CPFL Total")	Sociedade por ações de capital fechado	Serviços de arrecadação e cobrança	Indireta 100%
CPFL Eficiência Energética Ltda ("CPFL Eficiência")	Sociedade limitada	Gestão em eficiência energética	Direta 100%
TI Nect Serviços de Informática Ltda ("Authi")	Sociedade limitada	Prestação de serviços de informática	Direta 100%
CPFL Geração Distribuída de Energia Ltda ("CPFL GD")	Sociedade limitada	Comercialização e prestação de serviços na área de geração	Indireta 100%
Outras	Tipo de Sociedade	Atividade preponderante	Participação societária
CPFL Jaguarí de Geração de Energia Ltda ("Jaguarí Geração")	Sociedade limitada	Sociedade de participação	Direta 100%
Chapecoense Geração S.A. ("Chapecoense")	Sociedade por ações de capital fechado	Sociedade de participação	Indireta 51%
Sul Geradora Participações S.A. ("Sul Geradora")	Sociedade por ações de capital fechado	Sociedade de participação	Indireta 99,95%
CPFL Telecomunicações Ltda ("CPFL Telecom")	Sociedade limitada	Prestação de serviços na área de telecomunicações	Direta 100%
Alesta Sociedade de Crédito Direto S.A. ("Alesta")	Sociedade por ações de capital fechado	Prestação de serviços financeiros	Direta 100%

- a) A Paulista Lajeado possui 7% de participação na potência instalada da Investco S.A (5,94% de participação no capital social total).
- b) A CPFL Renováveis possui operações nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Santa Catarina, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraná e Rio Grande do Sul, e tem como principais atividades (i) o investimento em sociedades no segmento de energias renováveis, (ii) a identificação, desenvolvimento e exploração de potenciais de geração e (iii) comercialização de energia elétrica. Em de junho de 2021, a CPFL Renováveis era composta por um portfólio de 108 empreendimentos com 3,1 GW de capacidade instalada (3.008,7 MW em operação), sendo:
- Geração de energia hidrelétrica: 47 pequenas centrais hidrelétricas e centrais geradoras hidrelétricas – PCHs/CGHs (485 MW) com 46 PCHs/CGHs em operação (457,1 MW) e 1 PCH em construção (28 MW), 3 usinas hidroelétricas – UHEs em operação (848 MW - 51,54% sobre a energia assegurada e potência da UHE Serra da Mesa, cuja concessão pertence a Furnas, 25,01% da BAESA - Energética Barra Grande S.A. "BAESA" e 100% de Rio do Peixe);
 - Geração de energia eólica: 49 empreendimentos (1.390,2 MW) com 45 em operação (1.308,5 MW) e 4 em construção (81,7 MW);
 - Geração de energia a partir de biomassa: 8 usinas em operação (394 MW);
 - Geração de energia solar: 1 usina solar em operação (1,1 MW).
- c) O empreendimento controlado em conjunto Chapecoense possui como controlada direta a Foz do Chapecó, e consolida suas demonstrações financeiras de forma integral.

1.1 – Capital circulante líquido negativo

Em 30 de junho de 2021, as informações contábeis intermediárias consolidadas apresentaram capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 1.026.455 (negativo em R\$ 594.148 em 31 de dezembro de 2020). A Companhia tempestivamente monitora o capital circulante líquido e, sua geração de caixa, suas projeções de lucros, bem como sua estratégia de financiamento, suportam e viabilizam o plano de redução deste capital circulante líquido.

1.2 - Impactos do COVID-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o coronavírus (COVID-19) é uma pandemia. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram de certa forma o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos nas informações contábeis. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando e implementando pacotes de estímulos econômicos para minimizar impactos econômicos que o COVID -19 possa provocar.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declarou o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde, incluindo pesquisa e desenvolvimento, e aplicação de vacinas.

A Administração tem avaliado de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira do Grupo, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos nas operações. Até a data de autorização para emissão dessas informações contábeis, as seguintes medidas foram tomadas e os principais assuntos que estão sob monitoramento constante estão listados a seguir:

- Implementação de medidas temporárias no quadro de funcionários, tais como planos de home office, adequação dos espaços coletivos para evitar aglomerações, e demais medidas aplicáveis, relacionadas à saúde;
- Negociação com fornecedores de equipamentos para avaliação de prazos de entregas visto ao novo cenário, sem que haja, até o momento, indicativos de riscos relevantes de atraso que possam impactar nas operações;
- Avaliação das condições contratuais com instituições financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos e pagamento com fornecedores, para mitigar eventuais riscos de liquidez;
- Monitoramento das variações de indexadores de mercado que poderiam afetar empréstimos, financiamentos e debêntures;
- Avaliação de eventuais renegociações com clientes, em função de retração macroeconômica. Tais renegociações estão sendo direcionadas, em sua maioria, através de deslocamentos temporais nas quantidades contratadas;
- Monitoramento de redução do mercado faturado pelo fechamento, assim como a retomada após as medidas de flexibilização, de estabelecimentos comerciais e industriais decorrente das medidas de enfrentamento à pandemia;
- Monitoramento de sobrecontratação das distribuidoras do Grupo em função da redução da carga e consequentes sobras de energia superiores aos 5% previstos nos requisitos regulatórios;
- Monitoramento da inadimplência, especialmente sob a luz da suspensão dos cortes por inadimplência para as subclasses residenciais de baixa renda a partir de 1 de abril até 30 de junho de 2021, o qual foi prorrogado até 30 de setembro de 2021, conforme REN nº 936 da ANEEL. Além de regras específicas a serem atendidas para que possam ser efetuados os cortes nas demais classes consumidoras e restrições na cobrança de multa e juros por inadimplência.

Devido à relevância dos potenciais impactos mencionados, as autoridades do Setor Elétrico Brasileiro, em especial o Ministério de Minas e Energia (MME) e a ANEEL, adotaram algumas medidas durante o período de pandemia, sendo as mais relevantes:

- Isenção para a parcela de consumo mensal de até 220 quilowatt-hora (kWh/mês) dos consumidores das classes residenciais de baixa renda, no período entre 1º de abril a 30 de junho de 2020, conforme

previsto na Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, custeada por meio de aportes da União ao fundo setorial CDE, conforme previsto na Medida Provisória nº 949, de 8 de abril de 2020.

- Reconhecimento das sobras resultantes da redução de carga das distribuidoras, decorrente dos efeitos da pandemia de COVID - 19, como exposição contratual involuntária, a ser regulamentada pela ANEEL, conforme previsto na Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, e no Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020;
- Criação da Conta COVID por meio da Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020 e regulamentada por meio do Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020, e da Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020.

Mais informações sobre a Conta COVID e como afetam os negócios do Grupo estão divulgados na nota explicativa 1.3 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Considerando todas as análises realizadas sobre os aspectos relacionados aos impactos do COVID-19 em seus negócios e nos de suas controladas, assim como as atualizações regulatórias efetuadas no período, para o semestre findo em 30 de junho de 2021, a Companhia concluiu que não houve efeitos relevantes relacionados à pandemia em suas informações contábeis intermediárias .

O efeito financeiro e econômico para o Grupo ao longo dos próximos meses dependerá do desfecho da crise e seus impactos macroeconômicos, especialmente no que tange à retração na atividade econômica, bem como dos impactos relacionados as medidas de restrição. O Grupo continuará monitorando constantemente os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas informações contábeis intermediárias.

Reequilíbrio Econômico Financeiro

Em decorrência dos efeitos das medidas restritivas adotadas pelo governo para conter o avanço da pandemia causada pelo surto do Coronavírus (COVID 19), a Companhia e suas controladas, assim como outras concessionárias de distribuição de energia elétrica do país, sofreram impactos extraordinários e imediatos, tais como, queda da receita em função da retração do mercado consumidor e redução da arrecadação pelo aumento da inadimplência.

Considerando os efeitos da pandemia e, tendo como base o contrato de concessão entre as Distribuidoras do Grupo e o Poder Concedente, por intermédio da ANEEL, assim como os artigos 9º e 10º da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, dentre outras previsões legais aplicáveis, as Distribuidoras do Grupo possuem o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, de forma que, em uma situação em que ônus gerados por eventos alheios à gestão dos riscos inerentes à operação, tais como, mas sem se limitar, a eventos categorizados como caso fortuito ou força maior, ou mesmo determinações do Poder Concedente que impactem a Companhia e suas controladas, devem ser ressarcidos à Companhia e suas controladas para reequilibrar a saúde econômico-financeira do contrato de concessão.

O Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020, que regulamenta a Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, prevê a análise pela ANEEL, em processo administrativo específico, da necessidade de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro das concessionárias de distribuição de energia elétrica, mediante solicitação das interessadas. Nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 885, de 23 de junho de 2020, a Agência, instaurou segunda fase da Consulta Pública nº 35 de 2020 (“CP35/2020”) no período entre 18 de agosto e 05 de outubro de 2020, com o objetivo de regular a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro de contratos de concessão e permissão do serviço público de distribuição de energia elétrica, não tendo sido concluído até o fechamento das presentes informações contábeis intermediárias. Em continuidade ao processo de estabelecimento da regulamentação do equilíbrio econômico-financeiro, a ANEEL decidiu por abrir 3ª Fase da Consulta Pública nº 35 entre os dias 16/12/2020 e 01/02/2021. Adicionalmente, nesta mesma fase da consulta pública optou-se por colocar em discussão as regras para alocação dos custos dos empréstimos da Conta COVID e da sobrecontratação para o ano de 2020, reflexo do cenário de pandemia.

O Grupo aguarda o desfecho da regulamentação para avaliar as medidas a serem tomadas.

(2) APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

2.1 Base de preparação

Estas informações contábeis intermediárias individuais (controladora) e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com a Norma Internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e também com base nas normas expedidas

pela Comissão de Valores Mobiliários – (CVM), aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária.

A Companhia e suas controladas (“Grupo”) também se utilizam das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As práticas e critérios contábeis adotados no preparo dessas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, estão consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020, e devem ser analisadas em conjunto.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão do Grupo.

A autorização para a emissão destas informações contábeis intermediárias foi dada pela Administração em 12 de agosto de 2021.

2.2 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 34 de Instrumentos Financeiros.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações contábeis intermediárias exige que a Administração do Grupo faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis podem divergir dos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração do Grupo revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são:

- Nota 7 – Consumidores, concessionárias e permissionárias (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada e premissas para mensuração do fornecimento e Tarifa de uso do sistema de distribuição (“TUSD”) não faturados);
- Nota 8 – Tributos a compensar (Critérios e premissas sobre a exclusão do ICMS da base de PIS e COFINS);
- Nota 9 – Ativo e passivo financeiro setorial (Critérios regulatórios e premissas sobre determinados itens);
- Nota 10 – Créditos e débitos fiscais diferidos (reconhecimento de ativos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados);
- Nota 11 – Ativo financeiro da concessão (premissas para determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos, vide nota 34);
- Nota 12 – Outros ativos (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);
- Nota 14 – Imobilizado (aplicação das vidas úteis estimadas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 15 – Ativo contratual (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 16 – Intangível (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 18 – Empréstimos e financiamentos (principais premissas para determinação do valor justo);

- Nota 19 – Debêntures (principais premissas para determinação do valor justo);
- Nota 20 – Entidade de previdência privada (principais premissas atuariais na mensuração de obrigações de benefícios definidos);
- Nota 23 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais (reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos); e
- Nota 34 – Instrumentos Financeiros - derivativos (principais premissas para determinação do valor justo).

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional do Grupo é o Real, e as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.5 Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades operacionais através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

Os executivos do Grupo utilizam-se de relatórios para a tomada de decisões estratégicas segmentando os negócios em (i) atividades de distribuição de energia elétrica (“Distribuição”); (ii) atividades de geração e transmissão de energia elétrica (“Geração”); (iii) atividades de comercialização de energia (“Comercialização”); (iv) atividades de prestação de serviços (“Serviços”); e (v) outras atividades não relacionadas nos itens anteriores.

2.6 Informações sobre participações societárias

As participações societárias detidas pela Companhia nas controladas e empreendimentos controlados em conjunto, direta ou indiretamente, estão descritas na nota 1. Exceto (i) pelas empresas ENERCAN, BAESA, Chapecoense e EPASA que são registradas por equivalência patrimonial, e (ii) a participação minoritária na controlada Paulista Lajeado na Investco S.A., as demais entidades são consolidadas de forma integral.

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, e para os trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020, a participação de acionistas não controladores destacada no consolidado refere-se à participação de terceiros detida nas controladas CERAN, Paulista Lajeado e subsidiárias não integrais da CPFL Renováveis.

2.7 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) individual e consolidada nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e como informação suplementar às informações contábeis intermediárias em IFRS, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

(3)SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As informações contábeis intermediárias do Grupo foram preparadas com base nas mesmas políticas contábeis descritas na nota explicativa 3 – sumário das principais políticas contábeis, divulgada nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

(4)DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis do Grupo exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para

propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

O Grupo determinou o valor justo como o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

- Imobilizado, intangível e ativo contratual

O valor justo dos itens do ativo imobilizado, do intangível e do ativo contratual é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

- Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 34) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

O direito à indenização que será paga pela União no momento da reversão dos ativos das concessionárias de distribuição, ao final do seu prazo de concessão são classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado. A metodologia adotada para valorização a valor justo destes ativos tem como ponto de partida o processo de revisão tarifária das distribuidoras. Este processo, realizado a cada quatro ou cinco anos, de acordo com cada concessionária, consiste na avaliação ao preço de reposição da infraestrutura de distribuição, conforme critérios estabelecidos pelo órgão regulador (“ANEEL”). Esta base de avaliação também é utilizada para estabelecer a tarifa das distribuidoras que anualmente, até o momento do próximo processo de revisão tarifária, é reajustada tendo como parâmetro os principais índices de inflação.

Desta forma, no momento da revisão tarifária, cada concessionária de distribuição ajusta a posição do ativo financeiro base para indenização aos valores homologados pelo órgão regulador e utiliza o IPCA como melhor estimativa para ajustar o valor original até o próximo processo de revisão tarifária.

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
SalDOS bancários	216	9.789	137.233	481.532
Aplicações financeiras	33.885	385.957	2.601.245	3.437.264
Aplicação de curtíssimo prazo (a)	-	-	-	703
Títulos de crédito privado (b)	33.885	385.957	1.965.941	3.320.840
Fundos de investimento (c)	-	-	635.305	115.721
Total	34.101	395.745	2.738.478	3.918.796

- Saldos bancários disponíveis em conta corrente que são remunerados diariamente através de aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (“CDB’s”) e remuneração de 15% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”).
- Corresponde a operações de curto prazo em: (i) CDB’s no montante de R\$ 1.464.995 (R\$ 2.595.585 em 31 de dezembro de 2020), e (ii) operações compromissadas em debêntures no montante de R\$ 500.946 (R\$ 725.255 em 31 de dezembro de 2020). Todas estas operações possuem liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 98,99% do CDI (99,67% do CDI em 31 de dezembro de 2020).
- Representa valores aplicados em fundos com alta liquidez e remuneração equivalente, na média de 93,40% do CDI (81,64% do CDI em 31 de dezembro de 2020), tendo como características aplicações pós-fixadas em CDI lastreadas em títulos públicos federais, CDB’s, letras financeiras e debêntures

compromissadas de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito e vencimento de curto prazo.

(6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020
Através de fundos de investimentos (a)	283.106	308.482
Aplicação direta (b)	-	1.563.597
Total	283.106	1.872.079

- (a) Representa valores aplicados em títulos da dívida pública, Letra Financeira (“LF”) e Letra Financeira do Tesouro (“LFT”), através de cotas de fundos de investimento, cuja remuneração equivalente, na média de 93,40% do CDI (81,64% do CDI em 31 de dezembro de 2020).
- (b) Representava valores aplicados em títulos da dívida pública, LFT, cuja remuneração era equivalente, na média de 100% da SELIC em 31 de dezembro de 2020.

(7) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

No consolidado, o saldo é oriundo, principalmente, das atividades de fornecimento de energia elétrica, cuja composição em 30 de junho de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, é como segue:

	Saldos vincendos	Consolidado		Total	
		Vencidos até 90 dias	> 90 dias	30/06/2021	31/12/2020
Circulante					
Classes de consumidores					
Residencial	872.190	625.578	108.015	1.605.782	1.683.354
Industrial	181.836	60.331	90.903	333.070	355.145
Comercial	222.845	80.625	37.700	341.170	374.824
Rural	102.940	32.033	13.856	148.830	140.061
Poder público	62.719	7.404	14.318	84.441	74.865
Iluminação pública	117.686	1.863	2.980	122.528	84.902
Serviço público	69.599	8.916	7.263	85.777	93.163
Faturado	1.629.815	816.750	275.035	2.721.598	2.806.314
Não faturado	1.493.674	-	-	1.493.674	1.554.563
Parcelamento de débito de consumidores	257.133	58.926	46.255	362.313	330.529
Operações realizadas na CCEE	210.311	10.212	265.309	485.832	411.718
Concessionárias e permissionárias	343.937	4.096	13.024	361.057	391.401
Outros	62.055	-	-	62.055	56.365
	3.996.925	889.985	599.623	5.486.528	5.550.890
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(406.645)	(344.037)
Total				5.079.884	5.206.854
Não circulante					
Parcelamento de débito de consumidores	196.287	-	-	196.287	193.088
Energia livre	7.012	-	-	7.012	6.925
Operações realizadas na CCEE	-	10.207	261.449	271.657	628.301
Total	203.299	10.207	261.449	474.955	828.314

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PDD”)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência. O detalhamento da metodologia de provisão está descrita na nota 34.f.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros ativos (nota 12)	Total
Saldo em 31/12/2020	(344.037)	(28.831)	(372.868)
Provisão revertida (constituída) líquida	(250.649)	(713)	(251.362)
Recuperação de receita	97.239	148	97.387
Baixa de contas a receber provisionadas	90.803	(148)	90.655
Saldo em 30/06/2021	(406.645)	(29.544)	(436.189)

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.2.

(8) TRIBUTOS A COMPENSAR

	Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020
<u>Circulante</u>		
Antecipações de contribuição social - CSLL	1.370	1.705
Antecipações de imposto de renda - IRPJ	3.541	2.911
Imposto de renda e contribuição social a compensar	48.589	83.163
Imposto de renda e contribuição social a compensar	53.500	87.779
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre o capital próprio	1.414	1.414
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	89.523	97.507
ICMS a compensar	164.381	153.576
Programa de integração social - PIS	20.710	15.921
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	84.187	62.176
Outros	4.325	6.672
Outros tributos a compensar	364.540	337.266
Total circulante	418.040	425.045
<u>Não circulante</u>		
Contribuição social a compensar - CSLL	5.526	680
Imposto de renda a compensar - IRPJ	104.470	34.735
Imposto de renda e contribuição social a compensar	109.996	35.415
ICMS a compensar	234.027	208.066
Programa de integração social - PIS	1.082	1.076
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	5.033	5.006
Outros	4.202	4.201
Outros tributos a compensar	244.343	218.348
Total não circulante	354.339	253.763

8.1 Exclusão do ICMS da base de PIS e COFINS

	Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020
Circulante		
PIS sobre ICMS	88.134	-
COFINS sobre ICMS	411.096	-
Total circulante	499.230	-
Não circulante		
PIS sobre ICMS	1.553.752	27.485
COFINS sobre ICMS	7.151.533	123.146
Total não circulante	8.705.286	150.632

PIS/COFINS devolução consumidores	Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020
Não circulante	8.890.637	114.484

Algumas controladas da CPFL Energia ingressaram com processos judiciais em andamento envolvendo a União Federal pleiteando o reconhecimento do direito à exclusão dos montantes de ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como o direito de reaver os valores anteriormente pagos.

Em janeiro de 2019 a controlada CPFL Santa Cruz, teve trânsito em julgado de sua ação registrando ativos de tributos a compensar e passivo com consumidores que atualizados até junho de 2021 perfazem R\$ 150.661 e R\$ 175.317, respectivamente. Deste montante R\$ 44.896 já foram compensados ao longo de 2021. Em março de 2021, no reajuste tarifário da controlada, foi considerada a antecipação da reversão dos valores oriundos de créditos decorrentes da referida ação judicial, como componente financeiro negativo extraordinário de R\$ 20.241.

Em fevereiro de 2021, a controlada RGE obteve o trânsito em julgado em sua ação judicial, tendo sido reconhecido o seu direito à não inclusão dos valores do ICMS faturado na base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como, de reaver valores recolhidos anteriormente (a partir de junho de 2002). Como resultado a controlada registrou ativo de tributos a compensar e passivo com consumidores de R\$ 2.197.769. Em junho de 2021 no reajuste tarifário foi considerada a antecipação da reversão dos valores oriundos de créditos decorrentes da referida ação judicial, como componente financeiro negativo extraordinário de R\$ 228.800.

O reconhecimento dos créditos de PIS e COFINS sobre as ações que ainda não tiveram as decisões judiciais transitadas em julgado baseia-se na recente decisão do Supremo Tribunal Federal que rejeitou os embargos de declaração opostos pela Fazenda Nacional nos autos do RE nº 574.706 de maio de 2021. Após análise criteriosa de cada processo foi observado semelhanças frente às ações transitadas em julgado para as quais a Companhia já obteve êxito, as quais estão alinhadas à esta recente decisão do STF e, entende-se que, dada a similaridade dos casos e o julgamento de repercussão geral do STF, é atendido o disposto no item 33 CPC 25/IAS 37 que discorre sobre o conceito de classificação de ativo considerado “praticamente certo”.

Assim, em junho de 2021 as seguintes controladas registraram ativo de tributos a compensar e passivo com consumidores: CPFL Paulista (R\$ 4.087.794), CPFL Piratininga (R\$ 1.816.858), RGE (R\$ 739.273, relacionado a empresa incorporada em dezembro de 2018) e CPFL Santa Cruz (R\$ 127.079, relacionado a empresa incorporada em dezembro de 2017). A controlada CPFL Santa Cruz registrou ainda a diferença do crédito calculado com base no critério de exclusão do ICMS pago, para o ICMS efetivamente destacado em suas faturas de energia.

Importante salientar que, baseada na opinião de seus assessores legais, a Companhia entende que para as distribuidoras a necessidade de reembolso aos consumidores dos montantes recebidos após o trânsito em julgado de ação judicial como créditos fiscais de PIS e COFINS está limitada ao prazo prescricional de 10 anos. Tal posicionamento foi inclusive externado pela Companhia através de contribuição apresentada no processo da Consulta Pública nº 05/2021, ainda em andamento.

Logo, a decisão contábil do Grupo de, neste momento, não registrar qualquer crédito tributário em seu favor não significa qualquer renúncia de direito, mas serve tão somente para refletir o posicionamento da referida Consulta Pública em andamento da ANEEL.

Para a controlada CPFL Brasil, a ação não transitou em julgado, mas o crédito de PIS e COFINS, igualmente como nas demais empresas sob as mesmas circunstâncias foi reconhecido em junho de 2021. O crédito aproximado é de R\$ 85.078 e foi contabilizado em dedução da receita PIS/COFINS e atualizações monetárias.

(9) ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL

A composição dos saldos e a movimentação do período do ativo e passivo financeiro setorial são como segue:

	Consolidado									
	Saldo em 31/12/2020			Receita operacional (nota 27)		Resultado financeiro (nota 30)	Homologação da devolução do crédito de PIS/COFINS	Saldo em 30/06/2021		
	Diferido	Homologado	Total	Constituição	Realização	Atualização monetária		Diferido	Homologado	Total
Parcela "A"	846.468	126.225	972.694	1.001.726	(236.745)	18.833	-	1.260.751	495.758	1.756.507
CVA (*)										
CDE (**)	(1.397)	95.905	94.508	87.549	(98.343)	1.623	-	27.713	57.625	85.338
Custos energia elétrica	(14.381)	(284.385)	(298.765)	(401.355)	280.999	(4.431)	-	15.991	(439.544)	(423.553)
ESS e EER (***)	217.177	(193.807)	23.370	123.885	157.462	(426)	-	173.230	131.061	304.291
Proinfa	(4.146)	(22.590)	(26.736)	43.437	14.319	274	-	9.214	22.080	31.294
Rede básica	300.579	86.572	387.151	143.098	(119.676)	3.855	-	222.487	191.942	414.429
Repasse de Itaipu	627.066	413.761	1.040.827	777.706	(463.599)	17.902	-	842.374	530.463	1.372.836
Transporte de Itaipu	42.186	15.307	57.493	11.166	(17.606)	490	-	25.610	25.933	51.543
Neutralidade dos encargos setoriais	(141.768)	16.554	(125.214)	24.509	(9.825)	(1.558)	-	(96.096)	(15.991)	(112.087)
Sobrecontratação	(178.848)	(1.092)	(179.940)	191.731	19.521	1.104	-	40.228	(7.811)	32.416
Outros componentes financeiros	(440.264)	(91.744)	(532.008)	134.051	44.338	(6.516)	(249.041)	(122.156)	(487.018)	(609.174)
Total	406.204	34.481	440.686	1.135.777	(192.407)	12.317	(249.041)	1.138.595	8.740	1.147.333
Ativo circulante			558.884							781.284
Ativo não circulante			108.908							366.049
Passivo circulante			(41.514)							-
Passivo não circulante			(185.592)							-

(*) Conta de compensação de variação dos valores de itens da "Parcela A"

(**) Conta de Desenvolvimento Energético

(***) Encargo do serviço do sistema (ESS) e Encargo de energia de reserva (EER)

Os detalhes sobre a natureza de cada ativo e passivo financeiro setorial estão descritos na nota 9 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.2.

(10) CRÉDITOS E DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS

10.1 Composição dos créditos e débitos fiscais

	Consolidado	
	31/06/2021	31/12/2020
<u>Crédito (Débito) de contribuição social</u>		
Bases negativas	155.795	196.979
Benefício fiscal do intangível incorporado	77.844	81.733
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(275.557)	(331.326)
Subtotal	(41.917)	(52.614)
<u>Crédito (Débito) de imposto de renda</u>		
Prejuízos fiscais	433.658	550.159
Benefício fiscal do intangível incorporado	250.071	262.643
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(763.210)	(918.139)
Subtotal	(79.482)	(105.339)
<u>Crédito (Débito) de PIS e COFINS</u>		
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(32.296)	(23.985)
Total	(153.695)	(181.938)
Total crédito fiscal	640.867	585.869
Total débito fiscal	(794.562)	(767.807)

A expectativa de recuperação dos créditos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis, benefício fiscal do intangível incorporado e bases negativas e prejuízos fiscais, está baseada nas projeções de lucros tributáveis futuros.

10.2 Benefício fiscal do intangível incorporado:

Refere-se ao benefício fiscal calculado sobre os intangíveis de aquisição de controladas, conforme demonstrado na tabela abaixo, os quais foram incorporados e estão registrados de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICPC 09 (R2) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que o originaram, conforme CPC 27 e CPC 04 (R1) – Esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização, durante o prazo remanescente da concessão, demonstrado na nota 15.

	Consolidado			
	30/06/2021		31/12/2020	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
CPFL Paulista	29.682	82.449	31.994	88.873
CPFL Piratininga	7.592	26.055	8.110	27.832
RGE	40.571	131.767	41.629	136.137
CPFL Renováveis	-	9.800	-	9.800
Total	77.844	250.071	81.733	262.643

10.3 Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente ineditáveis / tributáveis

	Consolidado					
	30/06/2021			31/12/2020		
	CSLL	IRPJ	PIS/COFINS	CSLL	IRPJ	PIS/COFINS
Diferenças temporariamente ineditáveis/tributáveis						
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	35.632	98.978	-	42.961	119.337	-
Entidade de previdência privada	7.469	20.747	-	5.283	14.674	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	39.592	109.976	-	33.927	94.241	-
Programas de P&D e eficiência energética	22.419	62.275	-	23.990	66.638	-
Provisão relacionada a pessoal	5.608	15.579	-	7.066	19.629	-
Diferença de taxas de depreciação	3.123	8.675	-	3.477	9.657	-
Derivativos	(83.469)	(231.858)	-	(174.570)	(484.916)	-
Registro da concessão - ajuste do intangível	(4.141)	(11.503)	-	(4.521)	(12.558)	-
Registro da concessão - ajuste do ativo financeiro	(249.833)	(693.981)	-	(206.554)	(579.845)	-
Perdas atuariais	25.798	71.660	-	25.798	71.660	-
Marcação a Mercado - Derivativos	(12.580)	(34.943)	-	(12.634)	(35.094)	-
Marcação a Mercado - Dívidas	1.143	3.177	-	2.661	7.389	-
Outros	(19.727)	(54.135)	(32.296)	(20.270)	(59.374)	(23.985)
Diferenças temporariamente ineditáveis/tributáveis - resultado abrangente acumulado						
Ativo imobilizado - ajustes custo atribuído	(40.765)	(113.235)	-	(40.438)	(112.327)	-
Perdas atuariais	189.514	526.429	-	189.514	526.429	-
Marcação a Mercado - Derivativos	883	2.452	-	1.519	4.222	-
Marcação a Mercado - Dívidas	(3.932)	(10.923)	-	(8.164)	(22.678)	-
Diferenças temporariamente ineditáveis/tributáveis - combinação de negócios						
Impostos diferidos - ativo:						
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	9.346	25.960	-	10.209	28.357	-
Valor justo de ativo imobilizado (menos valia de ativos)	16.372	45.477	-	16.965	47.125	-
Impostos diferidos - passivo:						
Valor justo de ativo imobilizado (mais valia de ativos)	-	-	-	-	-	-
Mais valia decorrente da apuração de custo atribuído	(15.245)	(42.350)	-	(18.323)	(50.897)	-
Mais valia de ativos recebidos da antiga ERSA	-	-	-	-	-	-
Intangível - direito de exploração/autorização em controladas indiretas adquiridas	(198.986)	(551.175)	-	(205.445)	(559.317)	-
Outras diferenças temporárias	(3.778)	(10.494)	-	(3.778)	(10.494)	-
Total	(275.557)	(763.210)	(32.296)	(331.326)	(918.139)	(23.985)

Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020:

	Controladora CSLL				Consolidado CSLL			
	2021		2020		2021		2020	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
Lucro antes dos tributos	1.108.802	2.068.202	452.478	1.341.699	1.613.578	3.034.593	703.233	2.093.481
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:								
Resultado de participações societárias	(1.113.104)	(2.078.062)	(457.975)	(1.357.390)	(91.065)	(181.315)	(85.034)	(170.194)
Amortização de intangível adquirido	(3.382)	(6.764)	(3.382)	(6.764)	12.162	24.324	12.162	24.324
Efeito regime lucro presumido	-	-	-	-	(130.336)	(246.154)	(47.248)	(125.529)
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	-	-	-	-	44.735	91.954	25.291	68.674
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	6.823	8.493	7.790	13.940	31.293	97.226	52.293	124.200
Base de cálculo	(861)	(8.131)	(1.089)	(8.515)	1.480.367	2.820.628	660.697	2.014.956
Alíquota aplicável	9%	9%	9%	9%	9%	9%	9%	9%
Crédito (Débito) fiscal apurado	78	732	98	766	(133.233)	(253.857)	(59.463)	(181.346)
Ajustes de créditos fiscais	-	(3.791)	-	-	521	(1.661)	(5.260)	(13.260)
Provisão para riscos fiscais	-	-	-	-	(516)	(872)	(401)	(427)
Total	78	(3.059)	98	766	(133.229)	(256.390)	(65.122)	(195.031)
Corrente	-	-	-	-	(218.490)	(263.492)	(23.707)	(39.394)
Diferido	78	(3.059)	98	766	85.261	7.102	(41.415)	(155.637)

	Controladora IRPJ				Consolidado IRPJ			
	2021		2020		2021		2020	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
Lucro antes dos tributos	1.108.802	2.068.202	452.478	1.341.699	1.613.578	3.034.593	703.233	2.093.481
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:								
Resultado de participações societárias	(1.113.104)	(2.078.062)	(457.975)	(1.357.390)	(91.065)	(181.315)	(85.034)	(170.194)
Amortização de intangível adquirido	-	-	-	-	15.689	31.378	15.689	31.378
Efeito regime lucro presumido	-	-	-	-	(150.480)	(284.034)	(62.143)	(157.213)
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	-	-	-	-	44.735	91.954	25.291	68.674
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	8.720	11.356	11.428	21.017	(6.677)	57.068	58.510	135.262
Base de cálculo	4.418	1.496	5.931	5.326	1.425.780	2.749.644	655.546	2.001.388
Alíquota aplicável	25%	25%	25%	25%	25%	25%	25%	25%
Crédito (Débito) fiscal apurado	(1.104)	(374)	(1.483)	(1.332)	(356.445)	(687.411)	(163.887)	(500.347)
Ajustes de créditos fiscais	-	(10.658)	-	-	2.148	(3.502)	(12.017)	(31.598)
Provisão para riscos fiscais	-	-	-	-	-	-	-	(172)
Total	(1.104)	(11.032)	(1.483)	(1.332)	(354.296)	(690.913)	(175.903)	(532.117)
Corrente	-	-	-	(100)	(590.828)	(706.785)	(60.592)	(99.794)
Diferido	(1.104)	(11.032)	(1.483)	(1.232)	236.532	15.872	(115.311)	(432.323)

Ajustes de créditos fiscais – refere-se ao líquido entre (i) crédito fiscal constituído sobre o prejuízo fiscal e base negativa, registrada em função da revisão das projeções de resultados futuros e (ii) parcela de crédito não constituído correspondente ao prejuízo gerado para o qual, neste momento, não há provável certeza de geração de lucros tributáveis futuros suficientes à sua absorção.

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.2.

(11) ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

	Consolidado
Saldo em 31/12/2020	10.347.567
Não circulante	10.347.567
Transferência - ativo contratual	724.036
Transferência - ativo intangível	(3.429)
Ajuste ao valor justo	493.655
Baixas	(38.300)
Saldo em 30/06/2021	11.523.528
Não circulante	11.523.528

O saldo refere-se ao ativo financeiro correspondente ao direito estabelecido nos contratos de concessões das distribuidoras de receber caixa via indenização no momento da reversão dos ativos ao poder concedente ao término da concessão, mensurados a valores justos.

Conforme modelo tarifário vigente, a remuneração deste ativo é reconhecida no resultado mediante faturamento aos consumidores e sua realização ocorre no momento do recebimento das contas de energia elétrica. Adicionalmente, a diferença para ajustar o saldo ao valor justo (valor novo de reposição - "VNR" - nota 4) é registrada como contrapartida na conta de receita operacional (nota 27) no resultado do período.

No primeiro semestre de 2021, o valor das baixas de R\$ 38.300 (R\$ 18.057 no primeiro semestre de 2020) refere-se à baixa da atualização relacionada ao ativo de R\$ 12.781 (R\$ 7.063 no primeiro semestre de 2020) e à baixa do ativo de R\$ 25.519 (R\$ 10.994 no primeiro semestre de 2020).

(12) OUTROS ATIVOS

	Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Adiantamentos - Plano de previdência privada	7.920	8.621	6.797	6.797
Adiantamentos - fornecedores	125.257	123.325	-	-
Cauções, fundos e depósitos vinculados	1.438	1.592	17.150	13.994
Ordens em curso	365.394	307.042	12.024	10.813
Serviços prestados a terceiros	30.799	17.747	-	-
Contratos de pré-compra de energia	-	-	5.741	7.751
Despesas antecipadas	83.567	83.542	14.674	10.860
Contas a receber - CDE	194.255	142.403	-	-
Adiantamentos a funcionários	40.992	22.674	-	-
Outros	215.837	205.709	148.147	121.924
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 7)	(29.544)	(28.831)	-	-
Total	1.035.914	883.824	204.533	172.140

Adiantamentos – fornecedores – refere-se principalmente a adiantamentos para fornecedores de projetos em construção de geradoras e transmissoras.

Ordens em curso – Compreende custos e receitas relacionados à desativação ou alienação, em andamento, de bens do ativo intangível e os custos dos serviços relacionados a gastos com os projetos em andamento dos Programas de Eficiência Energética (“PEE”) e Pesquisa e Desenvolvimento (“P&D”). Quando do encerramento dos respectivos projetos, os saldos são amortizados em contrapartida ao respectivo passivo registrado em Outras Contas a Pagar (nota 24).

Contas a receber – CDE – refere-se às: (i) subvenções de baixa renda no montante de R\$ 34.061 (R\$ 26.663 em 31 de dezembro de 2020), (ii) outros descontos tarifários concedidos a consumidores no montante de R\$ 160.194 (R\$ 115.740 em 31 de dezembro de 2020).

(13) INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Participações societárias permanentes avaliadas por equivalência patrimonial				
Pelo patrimônio líquido da controlada e controlada em conjunto	14.261.479	11.594.504	1.046.060	1.007.016
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	1.092.000	-	-
Subtotal	14.261.479	12.686.504	1.046.060	1.007.016
Mais valia de ativos, líquidos	454.827	490.146	8.612	8.902
Ágio de rentabilidade futura	6.054	6.054	-	-
Total	14.722.360	13.182.704	1.054.671	1.015.918

13.1 Participações societárias permanentes por equivalência patrimonial

As principais informações sobre os investimentos em participações societárias permanentes diretas, são como segue:

	30/06/2021				30/06/2021	31/12/2020	1º Semestre de 2021	1º Semestre de 2020
	Total do ativo	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado do período	Participação patrimonial líquida	Resultado de equivalência patrimonial		
Investimento								
CPFL Paulista	16.686.310	1.343.323	1.389.448	556.676	1.389.448	839.291	556.676	465.593
CPFL Piratininga	6.542.402	258.497	447.732	266.280	447.732	188.193	266.280	178.545
CPFL Santa Cruz	1.986.508	170.413	548.972	20.101	548.972	529.951	20.101	48.789
RGE	14.263.262	2.831.534	3.982.588	417.678	3.493.283	3.128.857	376.390	278.610
CPFL Geração	5.659.164	2.022.783	5.037.009	480.094	5.037.009	4.558.486	480.094	359.004
CPFL Renováveis	10.228.191	4.032.292	5.575.594	462.266	2.740.405	2.882.354	227.203	(36.158)
CPFL Jaguari Geração	56.378	40.108	56.315	7.854	56.315	56.775	7.854	4.242
CPFL Brasil	1.263.926	3.000	117.576	117.059	117.576	89.871	117.059	50.106
CPFL Planalto	5.152	630	4.478	2.035	4.478	4.926	2.035	2.220
CPFL Serviços	338.801	150.929	171.529	8.905	171.529	183.179	8.905	9.960
CPFL Atende	28.853	5.991	13.082	7.091	13.082	12.211	7.091	4.931
CPFL Infra	12.539	38	2.746	2.148	2.746	598	2.148	373
CPFL Pessoas	11.146	811	6.964	5.991	6.964	5.183	5.991	4.443
CPFL Finanças	19.482	385	8.131	7.669	8.131	8.047	7.669	6.786
CPFL Supre	7.615	826	4.213	3.222	4.213	3.652	3.222	2.548
CPFL Total	57.294	9.005	26.248	15.442	-	-	-	14.150
CPFL Telecom	3.651	1.928	3.248	18	3.248	3.231	18	22
CPFL Centrais Geradoras	-	-	-	-	-	-	-	73
CPFL Eficiência	160.068	95.234	142.830	9.044	142.830	133.786	9.044	614
AUTHI	23.315	10	12.523	97	12.523	12.425	97	523
CPFL Alesta	65.523	38.126	60.995	15.505	60.995	45.490	15.505	-
Subtotal Investimento - pelo patrimônio líquido da controlada					14.261.479	12.686.504	2.113.382	1.395.374
Amortização da mais valia de ativos					-	-	(35.320)	(37.984)
Total					14.261.479	12.686.504	2.078.063	1.357.390
Investimento					14.261.479	11.594.504		
Adiantamento para futuro aumento de capital					-	1.092.000		

A mais valia dos ativos líquidos adquiridos em combinações de negócios é classificada, no balanço da controladora, no grupo de Investimentos. Na demonstração do resultado da controladora, a amortização da mais valia de ativos de R\$ 35.320 (R\$ 37.984 no primeiro semestre de 2020) é classificada na rubrica “resultado de participações societárias”, em consonância com o ICPC 09 (R2).

A movimentação, na controladora, dos saldos de investimento em controladas no período, é como segue:

Investimento	Investimento em 31/12/2020	Aumento / Integralização de capital	Equivalência patrimonial (Resultado)	Equivalência patrimonial (Resultado abrangente)	Dividendo e Juros sobre capital próprio	Adiantamento para futuro aumento de capital	Outros	Investimento em 30/06/2021
CPFL Paulista	839.291	-	556.676	(6.519)	-	-	-	1.389.448
CPFL Piratininga	188.193	-	266.280	(6.741)	-	-	-	447.732
CPFL Santa Cruz	529.951	-	20.101	(1.080)	-	-	-	548.972
RGE	3.128.857	-	374.863	(10.437)	-	-	-	3.493.283
CPFL Geração	4.558.486	1.087.000	480.094	(150)	-	(1.087.000)	(1.421)	5.037.009
CPFL Renováveis	2.882.354	-	227.204	(144)	(367.634)	-	(1.375)	2.740.405
CPFL Jaguarí Geração	56.775	-	7.854	-	(8.314)	-	-	56.315
CPFL Brasil	89.871	-	118.587	(3.005)	(87.876)	-	-	117.576
CPFL Planalto	4.926	-	2.035	-	(2.482)	-	-	4.478
CPFL Serviços	183.179	-	8.905	-	(20.555)	-	-	171.529
CPFL Atende	12.211	-	7.091	-	(6.220)	-	-	13.082
CPFL Infra	598	-	2.148	-	-	-	-	2.746
CPFL Pessoas	5.183	-	5.991	-	(4.210)	-	-	6.964
CPFL Finanças	8.047	-	7.669	-	(7.584)	-	-	8.131
CPFL Supri	3.652	-	3.222	-	(2.661)	-	-	4.213
CPFL Telecom	3.231	-	18	-	-	-	-	3.248
CPFL Eficiência	133.786	5.000	9.044	-	-	(5.000)	-	142.830
AUTHI	12.425	-	97	-	-	-	-	12.523
CPFL Alesta	45.490	-	15.505	-	-	-	-	60.995
	12.686.504	1.092.000	2.113.382	(28.075)	(507.536)	(1.092.000)	(2.795)	14.261.479

No consolidado, os saldos de investimento correspondem à participação nos empreendimentos controlados em conjunto registrados pelo método de equivalência patrimonial:

Investimento em controladas em conjunto	30/06/2021	31/12/2020	1º Semestre de 2021	1º Semestre de 2020
	Participação patrimônio líquido		Resultado de equivalência patrimonial	
Baesa	140.954	170.166	(5.457)	(7.778)
Enercan	252.224	279.064	85.990	69.118
Chapecoense	391.487	319.723	71.764	74.168
EPASA	261.394	238.062	29.308	34.976
Mais valia de ativos líquidos	8.612	8.902	(290)	(290)
	1.054.671	1.015.918	181.315	170.194

13.2 Mais valia de ativos e ágio

A mais valia de ativos refere-se basicamente ao direito de explorar a concessão adquirido através de combinações de negócios. O ágio refere-se basicamente a aquisições de investimentos e está suportado pela perspectiva de rentabilidade futura.

Nas informações contábeis intermediárias consolidadas estes valores estão classificados no grupo de Intangível (nota 16).

13.3 Juros sobre o capital próprio (“JCP”) e Dividendo a receber

A Companhia possui, em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 os seguintes saldos a receber das controladas abaixo, referentes a dividendo e JCP:

Controlada	Controladora					
	Dividendo		Juros sobre o capital próprio		Total	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
CPFL Paulista	-	142.692	-	88.151	-	230.843
CPFL Piratininga	236.473	320.186	-	28.191	236.473	348.377
CPFL Santa Cruz	-	3.337	-	19.206	-	22.543
RGE	-	145.362	-	-	-	145.362
CPFL Geração	-	205.120	-	87.820	-	292.940
Jaguari de Geração	-	11.042	-	-	-	11.042
CPFL Brasil	-	-	-	1.315	-	1.315
CPFL Serviços	17.445	6.852	-	-	17.445	6.852
CPFL Atende	6.219	-	580	580	6.799	580
CPFL Infra	2.196	4.000	-	-	2.196	4.000
CPFL Finanças	5.000	-	-	-	5.000	-
AUTHI	10.000	10.000	-	-	10.000	10.000
CPFL Renováveis	-	92.509	-	-	-	92.509
CPFL Alesta	-	108	-	-	-	108
	277.333	941.208	580	225.263	277.913	1.166.469

No consolidado, o saldo de dividendo e JCP a receber de R\$ 125.272 em 30 de junho de 2021 (R\$ 80.647 em 31 de dezembro de 2020), refere-se basicamente aos empreendimentos controlados em conjunto.

13.4 Participação de acionistas não controladores e empreendimentos controlados em conjunto

A divulgação da participação em controladas, de acordo com a IFRS 12 e CPC 45, é como segue:

13.4.1 Movimentação da participação de acionistas não controladores

	Outras subsidiárias da CPFL				Total
	CERAN	LUDESA	Renováveis	Paulista Lajeado	
Saldo em 31/12/2020	107.485	37.907	67.746	86.864	300.001
Participação acionária e no capital votante	35,00%	40,00%	Entre 5% e 10%	40,07%	
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	17.931	8.081	854	6.312	33.177
Ganho (perda) em participação sem alteração no controle	-	-	2.796	-	2.796
Dividendos	(31.037)	(8.190)	(2.790)	(6.671)	(48.688)
Outras movimentações	-	-	-	(63)	(63)
Saldo em 30/06/2021	94.379	37.798	68.604	86.442	287.223
Participação acionária e no capital votante	35,00%	40,00%	Entre 5% e 10%	40,07%	

13.4.2 Informações financeiras resumidas das controladas que têm participação de não controladores

As informações financeiras resumidas das controladas em que há participação de não controladores, em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, e semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020 são como segue:

Ativo e passivo

	30/06/2021				31/12/2020			
	Outras subsidiárias da CPFL				Outras subsidiárias da CPFL			
	CERAN	LUDESA	Renováveis	Paulista Lajeado	CERAN	LUDESA	Renováveis	Paulista Lajeado
Ativo circulante	142.230	11.239	78.513	12.779	48.362	10.470	122.038	26.472
Caixa e equivalentes de caixa	104.150	2.289	34.593	3.344	14.580	2.918	20.968	18.458
Ativo não circulante	731.412	86.602	498.878	133.054	755.415	88.636	373.666	151.258
Passivo circulante	305.884	3.346	91.644	6.096	237.318	4.340	87.983	37.039
Empréstimos, financiamentos e debêntures	105.923	-	25.673	-	105.718	-	47.429	-
Outros passivo financeiros	27.710	927	6.312	2.212	22.551	927	11.895	2.132
Passivo não circulante	298.103	-	131.939	796	259.359	-	107.965	792
Empréstimos, financiamentos e debêntures	105.765	-	115.418	-	105.531	-	-	-
Outros passivo financeiros	125.512	-	-	-	112.055	-	-	-
Patrimônio líquido	269.655	94.495	353.808	138.940	307.100	94.767	299.756	139.899
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	175.276	56.697	285.204	52.498	199.615	56.860	232.010	53.035
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores	94.379	37.798	68.604	86.442	107.485	37.907	67.746	86.864

DRE

	1º Semestre de 2021				1º Semestre de 2020			
	Outras subsidiárias da CPFL				Outras subsidiárias da CPFL			
	CERAN	LUDESA	Renováveis	Paulista Lajeado	CERAN	LUDESA	Renováveis	Paulista Lajeado
Receita operacional líquida	168.765	25.578	33.817	25.261	150.041	23.530	18.526	18.444
Custo e despesa operacional	(43.455)	(2.097)	(10.631)	(12.811)	(41.098)	(1.380)	(7.133)	(10.479)
Depreciação e amortização	(21.351)	(2.485)	(6.592)	(1)	(21.845)	(3.599)	(9.539)	(1)
Receita de juros	690	28	936	304	989	40	1.412	207
Despesa de juros	(26.885)	-	(2.936)	-	(15.685)	-	(6.432)	-
Despesa de imposto sobre a renda	(26.259)	(826)	(2.141)	(2.711)	(24.629)	(762)	(1.091)	(1.129)
Lucro (prejuízo) líquido	51.232	20.203	16.240	15.753	48.069	17.830	(3.754)	8.289
Lucro (prejuízo) líquido atribuído aos acionistas controladores	33.301	12.122	15.386	9.441	31.245	10.698	(1.675)	4.967
Lucro (prejuízo) líquido atribuído aos acionistas não controladores	17.931	8.081	854	6.312	16.824	7.132	(2.079)	3.322

13.4.3 Empreendimentos controlados em conjunto

As informações financeiras resumidas dos empreendimentos controlados em conjunto, em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e nos semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020, são como segue:

Ativo e passivo

	30/06/2021				31/12/2020			
	Enercan	Baesa	Chapecoense	Epasa	Enercan	Baesa	Chapecoense	Epasa
	Ativo circulante	280.834	81.321	425.109	398.331	265.347	88.780	265.109
Caixa e equivalentes de caixa	116.029	36.369	278.624	19.340	108.113	15.338	122.642	104.598
Ativo não circulante	1.009.385	1.037.233	2.255.956	321.551	1.036.903	1.062.369	2.328.892	382.076
Passivo circulante	481.022	126.396	325.507	72.738	446.195	74.545	371.414	90.428
Empréstimos, financiamentos e debêntures	130.335	-	137.776	16.453	129.386	-	138.128	35.583
Outros passivo financeiros	31.719	66.046	94.577	8.294	19.681	49.934	97.902	8.555
Passivo não circulante	291.528	428.474	1.587.937	157.125	283.300	396.099	1.595.678	194.804
Empréstimos, financiamentos e debêntures	127.965	-	710.350	34.622	127.895	-	778.003	80.750
Outros passivo financeiros	34.272	365.877	851.684	-	30.165	321.150	789.590	-
Patrimônio líquido	517.670	563.684	767.622	490.019	572.756	680.505	626.909	446.282

DRE

	1º Semestre de 2021				1º Semestre de 2020			
	Enercan	Baesa	Chapecoense	Epasa	Enercan	Baesa	Chapecoense	Epasa
	Receita operacional líquida	394.209	146.502	499.456	388.382	335.505	95.266	458.955
Custo e despesa operacional	(96.534)	(97.486)	(106.231)	(272.568)	(87.103)	(74.941)	(102.953)	(34.443)
Depreciação e amortização	(24.903)	(25.335)	(52.741)	(45.298)	(24.857)	(25.349)	(62.371)	(17.400)
Receita de juros	2.021	866	2.999	1.874	1.711	581	5.292	2.437
Despesa de juros	(9.295)	(61.924)	(131.225)	(2.819)	(9.772)	(26.188)	(78.462)	(5.521)
Despesa de imposto sobre a renda	(89.652)	14.563	(71.726)	(14.334)	(72.977)	(451)	(75.281)	(14.626)
Lucro (prejuízo) líquido	176.488	(21.824)	140.714	54.941	141.860	(31.103)	145.427	65.567
Participação acionária e no capital votante	48,72%	25,01%	51,00%	53,34%	48,72%	25,01%	51,00%	53,34%

Mesmo detendo mais do que 50% da participação acionária das entidades Epasa e Chapecoense, a controlada CPFL Geração controla em conjunto com outros acionistas estes investimentos. A análise do enquadramento do tipo de investimento está baseada no Acordo de Acionistas de cada empreendimento.

Os empréstimos captados junto ao BNDES pelo empreendimento controlado em conjunto Chapecoense, determinam restrições ao pagamento de dividendo à controlada CPFL Geração acima do mínimo obrigatório de 25% sem a prévia anuência do BNDES.

13.4.4 Operação controlada em conjunto

A Companhia, por meio da sua controlada integral CPFL Renováveis, possui parte dos ativos do aproveitamento Hidrelétrico da Serra da Mesa, localizado no Rio Tocantins, no Estado de Goiás. A concessão e a operação do aproveitamento Hidrelétrico pertencem a Furnas Centrais Elétricas S.A. Por manter estes ativos em operação de forma compartilhada com Furnas (operação controlada em conjunto), ficou assegurada à CPFL Renováveis a participação de 51,54% da potência instalada de 1.275 MW (657 MW) e da energia assegurada de 637,5 MW médios (328,57 MW médios), até 2028.

(14) IMOBILIZADO

	Consolidado							
	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Em curso	Total
Saldo em 31/12/2020	163.704	1.261.720	928.176	5.896.883	53.101	7.396	486.923	8.797.903
Custo histórico	223.864	2.244.143	1.650.990	10.065.688	124.042	24.752	486.923	14.820.404
Depreciação acumulada	(60.160)	(982.424)	(722.814)	(4.168.805)	(70.941)	(17.357)	-	(6.022.500)
Adições	-	-	-	-	-	-	296.958	296.958
Baixas	-	-	(11.311)	(1.067)	(717)	-	(18)	(13.114)
Transferências	488	618	18.302	115.917	11.023	1.050	(147.397)	-
Transferências de/para outros ativos	-	-	-	(156)	-	-	-	(156)
Depreciação	(2.343)	(27.208)	(26.315)	(217.553)	(7.648)	(469)	-	(281.535)
Baixa da depreciação	-	-	6.382	1.537	633	-	-	8.552
Saldo em 30/06/2021	161.850	1.235.129	915.234	5.795.560	56.392	7.978	636.466	8.808.609
Custo histórico	224.352	2.244.761	1.657.742	10.171.812	134.071	25.557	636.466	15.094.760
Depreciação acumulada	(62.502)	(1.009.631)	(742.508)	(4.376.252)	(77.679)	(17.579)	-	(6.286.151)
Taxa média de depreciação	3,86%	2,35%	3,21%	4,30%	14,85%	4,22%		

O saldo de imobilizado em curso no consolidado refere-se principalmente a obras em andamento das controladas operacionais e/ou em desenvolvimento, principalmente nos projetos da CPFL Renováveis com imobilizado em curso de R\$ 689.972 (R\$ 419.814 em 31 de dezembro de 2020), com destaque para os projetos em construção do Complexo Gameleira (Costa das Dunas, Farol de Touros, Figueira Branca e Gameleira) de R\$ 223.315 (R\$ 139.746 em 31 de dezembro de 2020) cuja previsão de entrada em operação é 2021.

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.2.

(15) ATIVO CONTRATUAL

	Distribuição	Transmissão	Consolidado
Saldo em 31/12/2020	1.438.634	429.103	1.867.737
Circulante	-	24.833	24.833
Não circulante	1.438.634	404.271	1.842.905
Adições	1.352.032	74.116	1.426.148
Transferência - intangível em serviço	(420.532)	-	(420.532)
Transferência - ativo financeiro	(724.036)	-	(724.036)
Atualização	-	28.434	28.434
Recebimento RAP	-	(12.210)	(12.210)
Saldo em 30/06/2021	1.646.098	519.444	2.165.542
Circulante	-	25.368	25.368
Não circulante	1.646.098	494.075	2.140.173

Ativo contratual das distribuidoras: referem-se aos ativos de infraestrutura da concessão durante o período de construção.

Ativo contratual das transmissoras: refere-se ao direito à “Receita Anual Permitida – RAP” que será recebida ao longo da concessão assim como indenização ao término da concessão das controladas de transmissão.

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.2.

(16) INTANGÍVEL

	Consolidado					Total
	Ágio	Direito de concessão			Outros ativos intangíveis	
Adquirido em combinações de negócio		Infraestrutura de distribuição - em serviço	UBP/Intangível de concessão			
Saldo em 31/12/2020	6.115	3.182.597	5.605.725	76.809	98.390	8.969.637
Custo histórico	6.152	7.495.458	13.508.846	91.003	274.187	21.375.646
Amortização acumulada	(37)	(4.312.861)	(7.903.120)	(14.194)	(175.797)	(12.406.009)
Adições	-	-	-	1.330	12.044	13.374
Amortização	-	(143.699)	(423.658)	(710)	(8.540)	(576.607)
Transferência - ativo contratual	-	-	420.532	-	-	420.532
Transferência - ativo financeiro	-	-	2.403	-	1.027	3.429
Baixa e transferência - outros ativos	-	(907)	(33.629)	-	(298)	(34.834)
Saldo em 30/06/2021	6.115	3.037.991	5.571.373	77.429	102.623	8.795.531
Custo histórico	6.152	7.495.458	13.898.152	92.333	256.394	21.748.489
Amortização acumulada	(37)	(4.457.467)	(8.326.778)	(14.904)	(153.771)	(12.952.957)

No consolidado, os valores de amortização estão registrados como segue: (i) “depreciação e amortização” para a amortização dos ativos intangíveis de Infraestrutura de Distribuição, Uso do Bem Público e Outros Ativos Intangíveis; e (ii) “amortização de intangível de concessão” para a amortização do ativo intangível Adquirido em Combinação de Negócios.

Informações sobre o intangível de concessão relacionado ao GSF (*Generation Scaling Factor*) estão divulgados nas notas explicativas 3.6 e 16.2 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e eventos subsequentes dessa informação contábil intermediária (nota 36.2).

Intangível adquirido em combinações de negócios

A composição do ativo intangível correspondente ao direito de explorar as concessões, adquirido em combinações de negócios, está demonstrado a seguir:

	Consolidado				Taxa de amortização anual	
	30/06/2021		31/12/2020		2021	2020
	Custo Histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido		
Intangível adquirido em combinações de negócio						
Intangível adquirido não incorporado						
CPFL Paulista	304.861	(241.952)	62.910	67.902	3,28%	3,28%
CPFL Piratininga	39.065	(29.571)	9.493	10.141	3,31%	3,31%
RGE	3.768	(2.633)	1.135	1.223	4,67%	4,67%
CPFL Geração	54.555	(41.946)	12.608	13.531	3,38%	3,38%
Jaguari Geração	7.896	(4.795)	3.101	3.236	3,41%	3,41%
CPFL Renováveis	3.653.906	(1.462.453)	2.191.454	2.271.452	4,38%	4,71%
Subtotal	4.064.051	(1.783.350)	2.280.701	2.367.486		
Intangível adquirido já incorporado						
RGE	1.433.007	(1.101.352)	331.655	357.683	3,63%	3,63%
CPFL Renováveis (CPFL Geração em 31/12/2019)	426.450	(358.346)	68.104	73.087	2,34%	2,34%
Subtotal	1.859.457	(1.459.698)	399.759	430.769		
Intangível adquirido já incorporado - recomposto						
CPFL Paulista	1.074.026	(867.381)	206.645	222.747	3,00%	3,00%
CPFL Piratininga	115.762	(87.629)	28.132	30.050	3,31%	3,31%
Jaguari Geração	15.275	(9.986)	5.288	5.518	3,01%	3,01%
RGE	366.887	(249.422)	117.465	126.025	4,67%	4,67%
Subtotal	1.571.950	(1.214.419)	357.531	384.340		
Total	7.495.458	(4.457.467)	3.037.991	3.182.597		

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.2.

(17) FORNECEDORES

	Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020
Circulante		
Encargos de serviço do sistema	181.940	275.379
Suprimento de energia elétrica	2.497.828	2.571.296
Encargos de uso da rede elétrica	333.482	336.451
Materiais e serviços	571.656	558.390
Energia livre	170.147	168.001
Total	3.755.053	3.909.517
Não circulante		
Suprimento de energia elétrica	355.863	431.038
Materiais e serviços	12.135	25.621
Total	367.999	456.658

(18) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Modalidade	Consolidado						
	Saldo em 31/12/2020	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 30/06/2021
Moeda nacional							
Mensuradas ao custo							
Pré Fixado	8.691	-	(1.783)	1.213	-	(1.215)	6.906
Pós Fixado							
TJLP	476.405	-	(26.762)	14.450	-	(14.590)	449.503
IPCA	2.791.276	199.148	(113.782)	191.192	-	(61.247)	3.006.588
CDI	129.843	-	(33.800)	1.391	-	(1.311)	96.123
IGP-M	38.922	-	(7.813)	7.335	-	(1.671)	36.773
Subtotal	3.445.137	199.148	(183.940)	215.581	-	(80.034)	3.595.892
Mensuradas ao valor justo							
Pré Fixado	-	340.000	-	6.222	-	-	346.222
Marcação a mercado	-	-	-	(12.852)	-	-	(12.852)
Subtotal	-	340.000	-	(6.630)	-	-	333.370
Total moeda nacional	3.445.137	539.148	(183.940)	208.952	-	(80.034)	3.929.262
Gastos com captação (*)	(49.894)	-	-	2.038	-	-	(47.856)
Moeda estrangeira							
Mensuradas ao valor justo							
Dólar	5.072.184	-	(1.526.814)	62.346	(116.932)	(70.374)	3.420.410
Euro	3.053.302	-	(595.759)	9.740	(202.272)	(10.212)	2.254.798
Marcação a mercado	(98.695)	-	-	144.591	-	-	45.896
Total moeda estrangeira	8.026.792	-	(2.122.573)	216.676	(319.204)	(80.586)	5.721.105
Total	11.422.035	539.148	(2.306.513)	427.665	(319.204)	(160.620)	9.602.511
Circulante	2.797.195						1.632.425
Não Circulante	8.624.840						7.970.086

(*) Conforme CPC 48/IFRS 9, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	Consolidado		Faixa de vencimento	Garantia
		30/06/2021	31/12/2020		
Mensuradas ao custo - Moeda Nacional					
Pré fixado					
FINAME	Pré fixado de 2,5% a 10%	(a) 6.905	8.691	2012 a 2024	(i) Alienação fiduciária de equipamentos; (ii) Cessão fiduciária de direitos creditórios; (iii) Conta Reserva e Contra Centralizadora; (iv) Fiança da CPFL Renováveis, CPFL Energia e State Grid
Pós fixado					
TJLP					
FINEM	TJLP e TJLP + de 1,72% a 5,5%	(b) 448.469	474.288	2012 a 2039	(i) Penhor e Alienação fiduciária de equipamentos; (ii) Penhor e cessão fiduciária de direitos creditórios (iii) Contas Reserva e Centralizadora e Recebíveis; (iv) Penhor de Ações (v) Penhor de direitos emergentes das autorizações pela Aneel; (vi) Penhor de Ações das Beneficiárias; (vii) Fiança da CPFL Renováveis, CPFL Energia e State Grid; (viii) Fiança Bancária
FINEP	TJLP + 5% a 6%	1.034	2.117	2017 a 2022	Fiança Bancária
		449.503	476.405		
IPCA					
FINEM	IPCA + 4,27% a 4,80%	2.803.926	2.791.276	2020 a 2040	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
BNB	IPCA + de 1,06 a 2,08%	202.661	-	2022 a 2044	Fiança Bancária
		3.006.588	2.791.276		
CDI					
Empréstimos bancários	(i) 105% do CDI (ii) CDI - 1,25% a + 1,90%	(c) 96.123	129.843	2012 a 2023	(i) Fiança da CPFL Energia; (ii) Estrutura de ações preferenciais resgatáveis e (iii) Fiança da CPFL Renováveis
IGPM					
Empréstimos bancários	IGPM + 8,63%	36.773	38.922	2023	(i) Alienação fiduciária de equipamentos e de recebíveis; (ii) Penhor de ações da SPE, de direitos emergentes autorizados pela ANEEL e de recebíveis de contratos de operação
Subtotal		3.595.892	3.445.137		
Mensuradas ao valor justo - Moeda nacional					
Pré-fixada					
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	Pré fixado de 6,1574%	346.222	-	2024	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
		(12.852)	-		
Marcação a mercado					
Subtotal		333.370	-		
Total moeda nacional		3.929.262	3.445.137		
Gastos com captação (*)		(47.856)	(49.894)		
Mensuradas ao valor justo - Moeda Estrangeira					
Dólar					
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + Libor 3 meses + de 0,87% a 1,41%	494.990	728.348	2019 a 2025	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + de 1,83% a 4,32%	2.925.420	4.343.836	2018 a 2025	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
		3.420.410	5.072.184		
Euro					
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	Euro + de 0,43% a 0,82%	2.254.798	3.053.302	2021 a 2025	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Marcação a mercado		45.897	(98.695)		
Total moeda estrangeira		5.721.105	8.026.792		
Total		9.602.510	11.422.035		

(*) Conforme CPC 48/IFRS 9, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Determinados empréstimos bancários, principalmente os contratados em moeda estrangeira, possuem swap convertendo variação cambial e taxa pré-fixada para variação de taxa de juros. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 34.

Taxa efetiva:

(a) De 30% a 70% do CDI

(b) De 60% a 110% do CDI

(c) De 100% a 130% do CDI

Conforme segregado nos quadros acima, o Grupo, em consonância com o CPC 48 e IFRS 9, classificou suas dívidas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente, reduzindo o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro do Grupo, exceto pela variação no valor justo em função do risco de crédito, que a depender das características das dívidas na época das contratações, pode ser registrada em outros resultados abrangentes ou no resultado do período. Em 30 de junho de 2021, as perdas acumuladas não realizadas obtidas na marcação a mercado das referidas dívidas foram de R\$ 45.986 (ganhos de R\$ 98.695 em 31 de dezembro 2020), que deduzidos dos ganhos não realizados obtidos com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 101.607 (R\$ 45.046 em 31 de dezembro de 2020), contratados para proteção da variação cambial (nota 34), geraram um ganho total líquido não realizado de R\$ 55.711 (R\$ 143.751 em 31 de dezembro de 2020).

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante têm vencimentos assim programados:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>Consolidado</u>
A partir de 01/07/2022	331.544
2023	2.497.357
2024	1.386.989
2025	1.804.115
2026	362.350
2027 a 2031	1.364.253
2032 a 2036	110.496
2037 a 2041	85.548
2042 a 2046	16.990
Subtotal	7.959.642
Marcação a mercado	10.444
Total	7.970.086

Adições no período:

Modalidade Empresa	Montantes R\$ mil			Pagamento de juros	Amortização de principal	Destinação do recurso	Encargo financeiro e taxa efetiva anual	Taxa efetiva com derivativo
	Total aprovado	Liberado em 2021	Liberado líquido dos gastos de captação					
Moeda nacional								
IPCA - BNB								
Costa das dunas	70.482	62.500	62.500	Trimestral até 02/22	Mensal após 02/22	Investimento	IPCA + 1,36%	Não se aplica
Farol de Touros	61.672	30.262	30.262	Trimestral até 05/22	Mensal após 05/22	Investimento	IPCA + 1,48%	Não se aplica
Figueira Branca	26.430	23.000	23.000	Trimestral até 05/22	Mensal após 05/22	Investimento	IPCA + 1,48%	Não se aplica
Gameleira	44.051	62.738	62.738	Trimestral até 05/22	Mensal após 05/22	Investimento	IPCA + 1,48%	Não se aplica
Transmissão Maracanaú	42.422	20.648	20.648	Trimestral até 08/22	Mensal após 08/22	Investimento	IPCA + 1,06%	Não se aplica
Lei 4131								
CPFL Piratininga	340.000	340.000	340.000	Semestral	Parcela única em março de 2024	Capital de Giro	Pré-fixado 6,16% a.a.	CDI + 0,69%
	585.057	539.148	539.148					

Condições restritivas

Os empréstimos e financiamentos obtidos pelas empresas do Grupo exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento.

Para os empréstimos e financiamentos contratados em 2021 pela controlada CPFL Piratininga, tem cláusulas restritivas relacionadas a indicadores financeiros, como seguem:

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Energia

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

Para os demais empréstimos e financiamentos, os detalhes das condições restritivas estão apresentados na nota explicativa 18 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

A Administração do Grupo monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 30 de junho de 2021, a Administração do Grupo não identificou eventos ou condições de não conformidade de cláusulas financeiras e não financeiras.

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.2.

(19) DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Modalidade	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2020	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 30/06/2021
Mensuradas ao custo - pós fixado						
CDI	5.600.262	-	(998.782)	69.308	(64.413)	4.606.376
IPCA	1.379.121	-	-	91.048	(31.967)	1.438.203
Total ao custo	6.979.384	-	(998.782)	160.357	(96.379)	6.044.579
Gastos com captação (*)	(26.355)	(28.976)	-	4.065	-	(51.266)
Mensuradas ao valor justo - pós fixado						
IPCA	464.414	954.000	-	46.878	(13.022)	1.452.269
Marcação a mercado	30.860	-	-	(95.491)	-	(64.631)
Total ao valor justo	495.274	954.000	-	(48.613)	(13.022)	1.387.638
Total	7.448.303	925.024	(998.782)	115.806	(109.402)	7.380.950
Circulante	1.191.270					1.043.310
Não Circulante	6.257.032					6.337.640

Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	Consolidado		Faixa de vencimento	Garantia	
		30/06/2021	31/12/2020			
Mensuradas ao Custo - Pós Fixado						
CDI	(i) De 103,6% a 109,75% do CDI	(a)	3.764.501	4.760.146	2018 a 2025	Fiança da CPFL Energia
	(ii) CDI + 0,75% a 0,83% De 104,75% a 110% do CDI	(a)	841.875	840.117	2020 a 2023	Não existem garantias
IPCA	IPCA + 5,8%	(b)	1.438.203	1.379.121	2021 a 2031	Fiança da CPFL Energia
			6.044.579	6.979.384		
	Gastos com captação (*)		(51.266)	(26.355)		
Mensuradas ao valor justo - pós fixado						
IPCA	IPCA + 4,30% a 5,80%	(b)	1.452.269	464.413	2024 a 2025	Fiança da CPFL Energia
	Marcação a mercado		(64.631)	30.860		
	Total		7.380.950	7.448.303		

Algumas debêntures possuem swap convertendo variação de IPCA para variação de CDI. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 34.

Taxa efetiva:

- (a) De 104,68% a 110,77% do CDI | CDI + de 0,76% a 0,89%
 (b) IPCA + 4,84% a 6,31% e CDI + 8,2%

(*) Conforme CPC 48/IFRS 9, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis à emissão das respectivas dívidas.

Conforme segregado no quadro acima, o Grupo classifica suas debêntures como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros de debêntures mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas debêntures, de modo a reduzir o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas debêntures são reconhecidas no resultado financeiro do Grupo, exceto pelo componente de cálculo de risco de crédito que é registrado em outros resultados abrangentes. Em 30 de junho de 2021 os ganhos acumulados não realizados obtidos na marcação a mercado das referidas debêntures foram de R\$ 64.631 (perda de R\$ 30.860 em 31 de dezembro de 2020), que somados aos ganhos obtidos não realizados com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 20.832 (R\$ 73.339 em 31 de dezembro de 2020), contratados para proteção da variação de taxa de juros (nota 34), geraram um ganho total líquido não realizado de R\$ 85.463 (R\$ 42.478 em 31 de dezembro de 2020).

O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>Consolidado</u>
A partir de 01/07/2022	832.418
2023	2.310.459
2024	1.927.286
2025	283.096
2026	49.970
2027 a 2031	999.042
Subtotal	6.402.271
Marcação a mercado	(64.631)
Total	6.337.640

Captções no período:

Modalidade Empresa	Emissão	Quantidade emitida	Montantes R\$ mil		Pagamento de juros	Destinação do recurso	Encargo financeiro anual	Taxa efetiva anual	Taxa efetiva com derivativos
			Liberado em 2021	Liberado líquido dos gastos de emissão					
Moeda nacional - IPCA									
11ª Emissão - RGE	20/05/2021	680.000	680.000	659.439	Semestral	(b)	IPCA + 4,3% a.a.	CDI + 8,20% a.a.	CDI + 0,43% a.a.
12ª Emissão - CPFL Piratininga	20/05/2021	274.000	274.000	265.585	Semestral	(b)	IPCA + 4,3% a.a.	CDI + 8,20% a.a.	CDI + 0,43% a.a.
			<u>954.000</u>	<u>925.024</u>					

Condições restritivas

As debêntures estão sujeitas a certas condições restritivas que contemplam cláusulas que requerem da Companhia e de suas controladas a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos.

Os detalhes das condições restritivas estão apresentados na nota explicativa 19 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Para as debêntures emitidas em 2021 pelas controladas RGE e CPFL Piratininga, existem cláusulas restritivas relacionadas a indicadores financeiros, como seguem:

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Energia

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A Administração do Grupo monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 30 de junho de 2021, a Administração do Grupo não identificou eventos ou condições de não conformidade de cláusulas financeiras e não financeiras.

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.2.

(20) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

As controladas mantêm Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensões para seus empregados, cujas características estão descritas na nota 20 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Movimentações dos planos de benefício definido

As movimentações ocorridas no período, no passivo líquido são as seguintes:

	CPFL	CPFL	CPFL	RGE		Total
	Paulista	Piratininga	Renováveis	Plano 1	Plano 2	
Passivo atuarial líquido em 31/12/2020	2.158.595	563.509	52.421	-	176.444	2.950.968
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	80.025	24.991	1.842	(770)	7.218	113.304
Contribuições da patrocinadora vertidas no período	(136.164)	(44.566)	(2.592)	(946)	(1.030)	(185.298)
Efeito no limite máximo de reconhecimento de ativo	-	-	-	1.716	-	1.716
Passivo atuarial líquido em 30/06/2021	2.102.455	543.934	51.671	-	182.641	2.880.700
Outras contribuições						8.892
Total passivo						2.889.592
Circulante						339.869
Não Circulante						2.549.723

As receitas e despesas reconhecidas como custo da operação estão demonstradas abaixo:

	1º Semestre 2021					
	CPFL	CPFL	CPFL	RGE		Total
	Paulista	Piratininga	Renováveis	Plano 1	Plano 2	
Custo do serviço	838	4.662	75	(584)	571	5.562
Juros sobre obrigações atuariais	265.090	76.613	6.527	16.873	25.043	390.145
Rendimento esperado dos ativos do plano	(185.904)	(56.284)	(4.571)	(17.490)	(18.396)	(282.644)
Efeito do limite do ativo a ser registrado	-	-	-	431	-	431
Total da despesa (receita)	80.025	24.991	2.031	(770)	7.218	113.494

	1º Semestre 2020					
	CPFL	CPFL	CPFL	RGE		Total
	Paulista	Piratininga	Renováveis	Plano 1	Plano 2	
Custo do serviço	704	4.044	57	139	800	5.744
Juros sobre obrigações atuariais	226.244	64.954	5.577	25.757	16.155	338.687
Rendimento esperado dos ativos do plano	(168.611)	(51.289)	(4.060)	(28.125)	(7.477)	(259.562)
Efeito do limite do ativo a ser registrado	3.346	-	-	2.096	(2.058)	3.384
Total da despesa (receita)	61.683	17.709	1.574	(133)	7.420	88.253

Premissas atuariais

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial na data do balanço foram:

	CPFL Paulista, CPFL Renováveis e CPFL Piratininga		RGE (Planos 1 e 2)	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	7,72% a.a.	7,72% a.a.	7,72% a.a.	7,72% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	7,72% a.a.	7,72% a.a.	7,72% a.a.	7,72% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	5,31% a.a.(*)	5,31% a.a.(*)	5,48% a.a.(**)	5,48% a.a.(**)
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	3,75% a.a.	3,75% a.a.	3,75% a.a.	3,75% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para taxas nominais acima):	3,75% a.a.	3,75% a.a.	3,75% a.a.	3,75% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	AT-2000 (-10)	AT-2000 (-10)	BR-EMS sb v.2015	BR-EMS sb v.2015
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Light fraca (-30)	Light fraca (-30)	Light média	Light média
Taxa de rotatividade esperada:	ExpR_2012	ExpR_2012	Nula	Nula
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres	100% na primeira elegibilidade a um benefício de aposentadoria integral	100% na primeira elegibilidade a um benefício de aposentadoria integral

(*) Índice estimado de aumento nominal dos salários para a CPFL Piratininga foi de 6,14%

(**) Índice estimado de aumento nominal dos salários foi de 4,96% para a RGE (Plano 1)

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.2.

(21) TAXAS REGULAMENTARES

	Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020
Compens. financ. pela utilização de rec. hídricos - CFURH	843	848
Reserva global de reversão - RGR	17.248	17.258
Taxa de fiscalização da ANEEL - TFSEE	7.901	7.560
Conta de desenvolvimento energético - CDE	38.593	1.393
Bandeiras tarifárias e outros	138.530	81.312
Total	203.116	108.371

(22) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020
Circulante		
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	264.905	52.333
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	86.934	39.137
Imposto de renda e contribuição social a recolher	351.839	91.470
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	501.770	568.598
Programa de integração social - PIS	31.712	36.229
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	151.740	164.705
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	-	24.176
Outros	56.327	80.044
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	741.549	873.752
Total Circulante	1.093.388	965.222
Não circulante		
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	162.945	161.970
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	4.831	3.929
Imposto de renda e contribuição social a recolher	167.775	165.900
ICMS a pagar	856	839
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	856	839
Total Não circulante	168.631	166.738

Imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ: no não circulante refere-se às provisões para riscos fiscais referentes aos tributos sobre o lucro. O maior montante do caso refere-se a Mandado de Segurança impetrado pela controlada CPFL Piratininga, que discutia a possibilidade da dedução da despesa da CSLL da base de cálculo do IRPJ, sendo que para este caso é mais provável que as Autoridades Fiscais não aceitem o procedimento em questão.

O Grupo possui alguns tratamentos incertos de tributos sobre o lucro para os quais a Administração concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não, cujos efeitos de potenciais contingências estão divulgados na nota 23 - Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais.

(23) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Consolidado			
	30/06/2021		31/12/2020	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas	222.659	86.082	219.113	91.156
Cíveis	276.646	65.781	284.766	72.274
Fiscais				
Imposto de renda e contribuição social	-	429.200	89	425.528
Outras	42.250	186.495	44.836	175.718
	42.250	615.695	44.924	601.246
Outros	67.568	83	67.332	83
Total	609.123	767.642	616.136	764.760

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros está demonstrada a seguir:

	Consolidado					Saldo em 30/06/2021
	Saldo em 31/12/2020	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	
Trabalhistas	219.113	22.611	(9.903)	(19.674)	10.453	222.659
Cíveis	284.766	43.565	(21.344)	(55.990)	25.649	276.646
Fiscais	44.924	1.149	(96)	(4.455)	732	42.250
Outros	67.332	-	-	-	235	67.568
Total	616.136	67.325	(31.344)	(80.119)	37.069	609.123

As provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que o Grupo é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração do Grupo.

Os detalhes da natureza das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros e depósitos judiciais estão apresentados na nota 23 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Perdas possíveis:

O Grupo é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 estavam assim representadas:

	Consolidado		Principais causas
	30/06/2021	31/12/2020	
Trabalhistas	689.789	609.335	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade e horas extras
Cíveis	2.611.416	2.139.333	Ações indenizatórias, danos elétricos, majoração tarifaria, revisão de contratos e cobranças por ocupação da faixa de domínio
Fiscais	4.845.343	4.774.906	Imposto de renda e contribuição social
Fiscais - outros	2.497.691	2.345.775	INSS, ICMS, FINSOCIAL, PIS e COFINS
Regulatórios	136.370	100.358	Processos de fiscalização técnica, comercial e econômico-financeira
Total	10.780.610	9.969.707	

Fiscais:

Um dos principais temas se refere a discussões sobre a dedutibilidade para imposto de renda das despesas reconhecidas em 1997 referente à novação de dívida relativa ao plano de pensão dos funcionários da controlada CPFL Paulista perante a Fundação CESP ("Vivest") no montante estimado de R\$ 1.502.007,

havendo depósitos judiciais no valor de R\$ 23.136 e garantias financeiras (seguros e fianças bancárias) no valor total de R\$ 1.855.358, nos termos exigidos pela legislação processual. Adicionalmente, discute-se juros que incidiram sobre depósito judicial levantado pela Companhia no montante de R\$ 257.103 e que se encontram depositados em juízo. Em 23 de maio, 06 de junho e 17 de setembro de 2019, o recurso especial do principal processo foi julgado perante a Segunda Turma de Direito Público do Superior Tribunal de Justiça (STJ) de maneira desfavorável para a controlada, cuja decisão foi publicada em seu integral teor em 26 de junho de 2020, sobre o qual foram opostos embargos de declaração em 04 de agosto de 2020, que aguardam julgamento. Adicionalmente, a controlada possui um recurso extraordinário em tramitação no Supremo Tribunal Federal (STF). Em 3 de agosto de 2021, foi proferida decisão monocrática, por um dos Ministros da Segunda Turma, negando provimento ao agravo e não admitindo o recurso extraordinário com base em aspectos formais e processuais, sem avaliação do mérito do caso. Referida decisão será objeto de recurso para o colegiado da Segunda Turma, quando todos os demais Ministros terão a oportunidade de avaliar o recurso, Com base no atual estágio de tramitação dos processos, tanto no STJ quanto no STF, e na opinião de seus assessores legais, a controlada permanece confiante nos fundamentos jurídicos apresentados e continuará os defendendo perante o Poder Judiciário, mantendo o prognóstico de risco de perda dos processos como não provável, tendo no STF uma nova oportunidade de análise para o caso, focadamente constitucional, com robustos fundamentos, a indicar significativa viabilidade de êxito dos recursos extraordinários, bem como continuará tentando evitar possíveis saídas de caixa caso venha a ser requerida a substituir as garantias financeiras existentes por depósito em dinheiro.

Trabalhistas:

No tocante às contingências trabalhistas está em discussão os efeitos da decisão do Supremo Tribunal Federal que alterou o índice de correção monetária adotado pela Justiça do Trabalho. Atualmente, há decisão do STF, passível de recurso, que afastou definitivamente a aplicação da TR, índice anteriormente praticado pela Justiça do Trabalho, para aplicação do IPCA-E para os débitos na fase pré-processual e a SELIC para após a citação, porém, não delimitou a temporalidade dessa aplicação para os casos sem índice definido, tampouco esclareceu a aplicação de juros, reativando os processos anteriormente suspensos. A Administração do Grupo esclarece que realiza a liquidação individualizada dos casos trabalhistas, nos termos das respectivas decisões e não identificou em análise preliminar alteração material. Assim, a Companhia aguarda a publicação da decisão definitiva pelo STF e eventuais recursos para estimar com razoável segurança os montantes envolvidos na discussão.

A Administração do Grupo, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

(24) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Consumidores e concessionárias	202.182	199.833	72.750	63.209
Programa de eficiência energética - PEE	397.389	375.746	6.983	911
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	197.391	216.021	57.795	26.075
EPE / FNDCT / PROCEL (*)	51.561	35.112	-	-
Fundo de reversão	1.666	1.712	10.048	10.904
Adiantamentos	528.918	507.167	41.895	44.026
Descontos tarifários - CDE	29.418	60.023	-	-
Folha de pagamento	14.599	19.128	-	-
Participação nos lucros	66.454	111.788	17.119	26.836
Convênios de arrecadação	96.747	102.954	-	-
Aquisição de negócios	11.317	9.838	-	-
Outros	60.531	70.036	65.140	47.071
Total	1.658.173	1.709.358	271.730	219.032

(*) EPE - Empresa de Pesquisa Energética; FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; PROCEL - Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica.

Adiantamentos: refere-se substancialmente a adiantamento de clientes relativo ao faturamento antecipado pela controlada CPFL Renováveis, sem que tenha havido ainda o fornecimento de energia ou serviço.

Programas de eficiência energética - PEE e pesquisa e desenvolvimento – P&D: as controladas de distribuição reconheceram passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da receita operacional líquida), mas ainda não aplicados nos programas de PEE e P&D. Tais montantes são passíveis de atualização monetária mensal, com base na SELIC, até o momento de sua efetiva realização. Adicionalmente a Lei nº 14.120 em 1º de março de 2021 e o Despacho ANEEL nº 904 de 30 de março de 2021, estabelecem que entre 1º de setembro de 2020 a 31 de dezembro de 2025, até 30% dos valores previstos para os programas de PEE e P&D, não comprometidos com projetos contratados ou iniciados até 31 de agosto de 2020, deverão ser destinados à CDE em favor da modicidade tarifária. Os recolhimentos a CDE são realizados no dia 10 de cada mês, sendo que o primeiro recolhimento foi realizado no mês de abril de 2021.

(25) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação dos acionistas no patrimônio líquido da Companhia em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 está assim distribuída:

Acionistas	Quantidade de ações			
	30/06/2021		31/12/2020	
	Ordinárias	Participação %	Ordinárias	Participação %
State Grid Brazil Power Participações S.A.	730.435.698	63,39%	730.435.698	63,39%
ESC Energia S.A.	234.086.204	20,32%	234.086.204	20,32%
Membros do Conselho de Administração	103.600	0,01%	-	0,00%
Membros da Diretoria Executiva	2.300	0,00%	102.100	0,01%
Demais acionistas	187.626.638	16,28%	187.630.438	16,28%
Total	1.152.254.440	100,00%	1.152.254.440	100,00%

Os detalhes dos itens incluídos no patrimônio líquido estão descritos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

(26) LUCRO POR AÇÃO

O cálculo do lucro por ação para os trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020 foi baseado no lucro líquido do período atribuível aos acionistas controladores e o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante os períodos apresentados.

	2º Trimestre 2021	1º Semestre 2021	2º Trimestre 2020	1º Semestre 2020
Numerador				
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	1.107.775	2.054.111	451.093	1.341.134
Denominador				
Média ponderada de ações em poder dos acionistas	1.152.254.440	1.152.254.440	1.152.254.440	1.152.254.440
Lucro por ação	0,96	1,78	0,39	1,16

(27) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Consolidado			
	2021		2020	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
Receita de operações com energia elétrica				
Classe de consumidores				
Residencial	4.128.616	8.694.617	3.431.161	7.473.291
Industrial	1.102.785	2.212.430	1.008.037	2.178.712
Comercial	1.501.573	3.201.357	1.260.531	2.979.321
Rural	438.121	910.627	335.796	757.812
Poderes públicos	205.839	427.872	171.407	403.053
Iluminação pública	240.438	454.221	198.174	400.771
Serviço público	318.109	633.343	295.559	597.600
Fornecimento faturado	7.935.482	16.534.467	6.700.666	14.790.560
Fornecimento não faturado (líquido)	(104.874)	(86.750)	(103.320)	(42.739)
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	(3.518.971)	(7.345.221)	(2.946.912)	(6.452.549)
Fornecimento de energia elétrica	4.311.637	9.102.496	3.650.435	8.295.272
Furnas Centrais Elétricas S.A.	205.838	361.126	160.298	307.306
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	713.645	1.418.932	721.499	1.405.531
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	(34.312)	(71.053)	(27.742)	(61.053)
Energia elétrica de curto prazo	532.613	736.277	188.376	484.831
Suprimento de energia elétrica	1.417.784	2.445.282	1.042.431	2.136.615
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor cativo	3.553.283	7.416.274	2.974.654	6.513.602
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre	1.198.031	2.346.198	831.566	1.759.717
(-) Compensação pelo não cumprimento de indicadores técnicos	(18.862)	(56.869)	(17.544)	(49.845)
Receita de construção da infraestrutura de concessão	744.323	1.366.859	603.471	1.099.275
Ativo e passivo financeiro setorial (nota 9)	690.932	943.371	290.800	(172.543)
Atualização do ativo financeiro da concessão (nota 11)	222.041	480.874	(61.221)	77.351
Aporte CDE - baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários – liminares	389.296	771.831	384.075	759.576
Outras receitas e rendas	194.361	370.896	147.874	306.248
Outras receitas operacionais	6.973.405	13.639.434	5.153.675	10.293.381
Total da receita operacional bruta	12.702.826	25.187.211	9.846.540	20.725.268
Deduções da receita operacional				
ICMS	(1.800.393)	(3.772.053)	(1.486.943)	(3.294.523)
PIS	(173.676)	(366.533)	(150.742)	(316.133)
COFINS	(804.724)	(1.691.531)	(694.355)	(1.456.183)
ISS	(6.437)	(12.635)	(6.017)	(11.070)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(913.453)	(1.925.225)	(845.172)	(1.785.920)
Programa de P & D e eficiência energética	(67.197)	(131.074)	(49.866)	(105.951)
PROINFA	(51.721)	(95.682)	(41.625)	(88.651)
Bandeiras tarifárias e outros	(60.013)	(66.994)	68	198.115
Compensação financeira pela utilização de recursos Hídricos - CFURH	(1.171)	(3.336)	(906)	(2.242)
Outros	(11.234)	(21.217)	(9.338)	(18.798)
	(3.890.018)	(8.086.279)	(3.284.895)	(6.881.357)
Receita operacional líquida	8.812.807	17.100.932	6.561.645	13.843.911

	2021		2020	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
	Receita de operações com energia elétrica - em GWh			
Classe de consumidores				
Residencial	5.043	10.740	4.849	10.293
Industrial	2.566	5.170	2.665	5.692
Comercial	2.307	4.965	2.128	4.965
Rural	795	1.723	735	1.695
Poderes públicos	287	607	265	627
Iluminação pública	503	999	505	1.011
Serviço público	532	1.068	565	1.134
Fornecimento faturado	12.034	25.272	11.713	25.418
Consumo próprio	9	18	8	18
Fornecimento de energia elétrica	12.042	25.290	11.721	25.436
Furnas Centrais Elétricas S.A.	717	1.425	717	1.433
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	3.530	3.843	3.471	6.201
Energia elétrica de curto prazo	2.589	7.059	2.887	4.648
Suprimento de energia elétrica	6.835	12.327	7.074	12.283

	Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020
	Nº de consumidores	
Classe de consumidores		
Residencial	9.032.113	8.790.276
Industrial	54.132	56.001
Comercial	522.508	524.438
Rural	360.344	363.801
Poderes públicos	63.426	62.531
Iluminação pública	9.903	11.968
Serviço público	10.968	10.631
Total	10.053.394	9.819.646

27.1 Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos

As informações referentes à contabilização e histórico estão descritas na nota 27.1 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

27.2 Revisão Tarifária Periódica (“RTP”) e Reajuste Tarifário Anual (“RTA”)

Distribuidora	Mês	2021		2020	
		RTA / RTP	Percepção do consumidor (a)	RTA / RTP	Percepção do consumidor (a)
CPFL Paulista	Abril	17,62%	8,95%	14,90%	6,05%
CPFL Piratininga	Outubro	(b)	(b)	18,31%	9,82%
RGE	Junho	15,23%	9,95%	15,74%	6,09%
CPFL Santa Cruz	Março	17,19%	9,95%	10,71%	0,20%

- (c) Representa o efeito médio percebido pelo consumidor, em decorrência da retirada da base tarifária de componentes financeiros que haviam sido adicionados no reajuste tarifário anterior.
- (d) O reajuste para controlada CPFL Piratininga para 2021 ainda não ocorreu.

27.3 Aporte CDE - baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários – liminares

No primeiro semestre de 2021, foi registrada receita de R\$ 771.831 (R\$ 759.576 no primeiro semestre de 2020), sendo (i) R\$ 82.490 referentes à subvenção baixa renda (R\$ 124.793 no primeiro semestre de 2020), (ii) R\$ 620.934 referentes a outros descontos tarifários (R\$ 596.049 no primeiro semestre de 2020) e (iii) R\$ 68.402 referentes a descontos tarifários – liminares e subvenção CCRBT (R\$ 38.734 no primeiro semestre de 2020). Estes itens foram registrados em contrapartida a outros ativos na rubrica contas a receber – CDE (nota 12) e outras contas a pagar na rubrica descontos tarifários – CDE (nota 24).

27.4 Conta de desenvolvimento energético – (“CDE”)

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória (“REH”) n° 2.814, de 01 de dezembro de 2020 e (“REH”) n° 2.833, de 17 de fevereiro de 2021, estabeleceu as quotas mensais provisórias da Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE”), relativas à competência de janeiro e fevereiro de 2021, respectivamente.

Adicionalmente, por meio da REH n° 2.834, de 02 de março de 2021, estabeleceu as quotas mensais provisórias da CDE, com vigência a partir da competência de março de 2021 até a aprovação do orçamento anual da CDE 2021 e respectivas quotas anuais.

Por fim, a homologação definitiva das quotas de 2021 se deu por meio da REH n° 2864, de 05 de maio de 2021.

Além disso, a ANEEL, por meio da Nota Técnica (“NT”) n°05, de 27 de janeiro de 2021, estabeleceu as quotas anuais da CDE COVID, com vigência a partir dos respectivos processos tarifários de 2021, portanto, já registrada na CPFL Santa Cruz em função do Reajuste Tarifário em março de 2021.

(28) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	Consolidado			
	2021		2020	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
<u>Energia comprada para revenda</u>				
Energia de Itaipu Binacional	821.893	1.793.960	1.019.063	1.929.085
PROINFRA	88.043	184.637	75.055	144.157
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado, contratos bilaterais e energia de curto prazo	3.589.132	6.665.999	2.803.321	5.885.912
Crédito de PIS e COFINS	(400.111)	(762.668)	(352.775)	(710.538)
Subtotal	4.098.957	7.881.928	3.544.665	7.248.618
<u>Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição</u>				
Encargos da rede básica	746.214	1.526.656	503.957	1.066.618
Encargos de transporte de itaipu	87.290	169.942	73.366	143.140
Encargos de conexão	51.531	99.363	41.814	82.235
Encargos de uso do sistema de distribuição	15.526	30.885	10.765	21.421
Encargos de serviço do sistema - ESS líquido do repasse da CONER (*)	204.109	557.475	(224.549)	(206.941)
Encargos de energia de reserva - EER	93.646	128.793	120.593	120.593
Crédito de PIS e COFINS	(109.130)	(229.613)	(47.421)	(111.075)
Subtotal	1.089.186	2.283.501	478.525	1.115.991
Total	5.188.143	10.165.430	4.023.190	8.364.609

(*) Conta de energia de reserva

	Consolidado			
	2021		2020	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
<u>Energia comprada para revenda - em GWh</u>				
Energia de Itaipu Binacional	2.605	5.192	2.714	5.436
PROINFRA	257	480	260	512
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado, contratos bilaterais e energia de curto prazo	14.392	29.356	15.178	31.624
Total	17.254	35.028	18.152	37.572

(29) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2º Trimestre											
	Consolidado											
	Custo com operação		Custo com serviço prestado a terceiros		Vendas		Despesas operacionais Gerais e administrativas		Outros		Total	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Pessoal	262.800	233.706	-	-	40.659	41.163	80.907	82.575	-	-	384.366	357.444
Entidade de previdência privada	57.157	42.813	-	-	-	-	-	-	-	-	57.157	42.813
Material	81.617	50.114	329	447	2.652	4.638	(2.048)	3.587	-	-	82.550	58.786
Serviços de terceiros	45.159	35.225	677	940	43.500	41.517	70.029	73.328	-	-	159.365	151.010
Custos com construção da infraestrutura	-	-	741.005	600.507	-	-	-	-	-	-	741.005	600.507
Outros	28.441	23.046	35	11	23.314	23.567	47.857	51.959	38.309	26.215	137.957	124.799
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	23.342	23.237	-	-	-	-	23.342	23.237
Arrendamentos e aluguéis	15.825	16.185	-	-	-	-	7.637	5.414	-	-	23.462	21.599
Publicidade e propaganda	10	88	-	-	-	-	4.665	5.794	-	-	4.675	5.882
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	39.477	26.252	-	-	39.477	26.252
Doações, contribuições e subvenções	-	(39)	-	-	-	-	1.082	7.047	-	-	1.082	7.008
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	36.068	23.721	36.068	23.721
Outros	12.607	6.813	35	11	(28)	330	(5.004)	7.452	2.241	2.494	9.851	17.100
Total	475.174	384.904	742.046	601.904	110.125	110.885	196.744	211.449	38.309	26.215	1.562.398	1.335.357

	1º Semestre											
	Consolidado											
	Custo com operação		Custo com serviço prestado a terceiros		Vendas		Despesas Operacionais Gerais e administrativas		Outros		Total	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Pessoal	507.936	460.844	-	-	79.681	82.780	159.711	167.954	-	-	747.328	711.578
Entidade de previdência privada	113.494	88.252	-	-	-	-	-	-	-	-	113.494	88.252
Material	152.979	113.063	655	712	4.605	8.106	(2.490)	11.013	-	-	155.749	132.894
Serviços de terceiros	82.120	97.660	1.422	1.761	84.755	86.181	137.949	136.103	-	-	306.246	321.705
Custos com construção da infraestrutura	-	-	1.360.003	1.095.597	-	-	-	-	-	-	1.360.003	1.095.597
Outros	55.529	42.496	52	10	46.858	48.443	80.757	102.857	77.419	63.620	260.616	257.426
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	46.664	47.723	-	-	-	-	46.664	47.723
Arrendamentos e aluguéis	32.232	28.881	-	-	-	-	11.058	10.815	-	-	43.290	39.696
Publicidade e propaganda	10	88	-	-	-	-	7.616	9.122	-	-	7.626	9.210
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	62.964	63.763	-	-	62.964	63.763
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	-	1.978	8.041	-	-	1.978	8.041
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	72.886	58.755	72.886	58.755
Outros	23.288	13.527	52	10	194	720	(2.859)	11.116	4.533	4.865	25.208	30.238
Total	912.057	802.314	1.362.133	1.098.081	215.899	225.510	375.926	417.926	77.419	63.620	2.943.435	2.607.451

(30) RESULTADO FINANCEIRO

	Consolidado			
	2021		2020	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
Receitas				
Rendas de aplicações financeiras	36.144	57.825	54.379	90.420
Acréscimos e multas moratórias	80.811	163.137	73.172	153.751
Atualização de créditos fiscais	58.339	64.134	1.661	5.878
Atualização de depósitos judiciais	4.220	7.244	3.989	9.605
Atualizações monetárias e cambiais	100.093	162.835	21.544	296.713
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	3.310	6.215	3.258	6.822
Atualizações de ativo financeiro setorial (nota 9)	9.071	12.317	4.396	12.133
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(13.040)	(23.963)	(8.659)	(17.826)
Outros	44.780	99.120	28.744	63.281
Total	323.729	548.864	182.483	620.775
Despesas				
Encargos de dívidas	(158.344)	(305.131)	(228.408)	(457.933)
Atualizações monetárias e cambiais	(114.697)	(259.894)	3.652	(48.630)
(-) Juros capitalizados	10.905	18.546	7.479	13.341
Atualizações de passivo financeiro setorial (nota 9)	2.750	-	141	-
Uso do Bem Público - UBP	(14.152)	(23.988)	(4.789)	(9.635)
Outros	(59.448)	(108.698)	(32.817)	(69.170)
Total	(332.987)	(679.165)	(254.742)	(572.027)
Resultado financeiro	(9.257)	(130.301)	(72.259)	48.748

As rubricas de atualizações monetárias e cambiais contemplam os efeitos líquidos dos ganhos com instrumentos derivativos no montante de R\$ 123.635 no primeiro semestre de 2021 (R\$ 202.837 no primeiro semestre de 2020) (nota 34).

(31) INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

	Distribuição	Geração	Comercialização	Serviços	Subtotal	Outros (*)	Eliminações	Total
1º Semestre 2021								
Receita operacional líquida	14.610.439	1.220.830	1.206.374	62.978	17.100.621	311	-	17.100.932
(-) Vendas entre segmentos	4.913	497.406	7.333	341.011	850.664	-	(850.664)	-
Custo com energia elétrica	(9.316.855)	(222.852)	(1.138.277)	-	(10.677.983)	-	512.553	(10.165.430)
Custos e despesas operacionais	(2.788.235)	(299.491)	(23.856)	(309.143)	(3.420.725)	(14.796)	338.111	(3.097.409)
Depreciação e amortização	(451.162)	(353.969)	(1.952)	(15.863)	(822.946)	(31.568)	-	(854.514)
Resultado do serviço	2.059.101	841.925	49.622	78.984	3.029.632	(46.053)	-	2.983.579
Resultado de participações societárias	-	181.315	-	-	181.315	-	-	181.315
Receita financeira	409.339	61.741	77.904	2.276	551.260	10.554	(12.951)	548.864
Despesa financeira	(500.040)	(170.456)	(14.495)	(1.510)	(686.501)	(5.014)	12.951	(679.165)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	1.968.401	914.524	113.031	79.750	3.075.706	(41.113)	-	3.034.593
Imposto de renda e contribuição social	(707.665)	(166.194)	(39.189)	(20.141)	(933.189)	(14.114)	-	(947.303)
Lucro (prejuízo) líquido	1.260.735	748.330	73.843	59.609	2.142.517	(55.228)	-	2.087.289
Aquisições do ativo contratual, imobilizado e outros intangíveis	1.334.482	341.590	4.870	32.609	1.713.551	874	-	1.714.425
1º Semestre 2020								
Receita operacional líquida	11.491.361	876.145	1.427.337	53.040	13.847.883	(3.972)	-	13.843.911
(-) Vendas entre segmentos	5.057	459.773	198	273.545	738.574	-	(738.574)	-
Custo com energia elétrica	(7.286.007)	(163.587)	(1.382.859)	-	(8.832.453)	-	167.811	(8.364.609)
Custos e despesas operacionais	(2.451.316)	(266.873)	(23.947)	(253.672)	(2.995.808)	(20.345)	270.730	(2.745.423)
Depreciação e amortização	(427.824)	(384.883)	(1.374)	(13.699)	(827.781)	(31.599)	-	(859.341)
Resultado do serviço	1.331.272	520.576	19.355	59.214	1.930.416	(55.877)	-	1.874.539
Resultado de participações societárias	-	170.194	-	-	170.194	-	-	170.194
Receita financeira	529.683	69.734	18.088	2.317	619.821	8.881	(7.927)	620.775
Despesa financeira	(304.947)	(266.557)	(7.223)	(1.203)	(579.929)	(25)	7.927	(572.027)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	1.556.008	493.947	30.220	60.328	2.140.502	(47.021)	-	2.093.481
Imposto de renda e contribuição social	(558.738)	(141.586)	(10.256)	(16.000)	(726.578)	(570)	-	(727.148)
Lucro (prejuízo) líquido	997.270	352.361	19.964	44.328	1.413.924	(47.591)	-	1.366.333
Aquisições do ativo contratual, imobilizado e outros intangíveis	999.646	132.934	6.390	24.554	1.163.523	290	-	1.163.813

(*) Outros: refere-se basicamente a ativos e transações que não são relacionados a nenhum dos segmentos identificados.

(32) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Informações de acionistas controladores, principais naturezas e transações estão descritas na nota 32 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

A remuneração total do pessoal-chave da administração no semestre findo em 30 de junho de 2021, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 642/2010 e CPC 05(R1) foi de R\$ 44.130 (R\$ 35.596 no primeiro semestre de 2020). Este valor é composto por R\$ 42.875 referente a benefícios de curto prazo (R\$ 34.441 no primeiro semestre de 2020), e R\$ 1.254 de benefícios pós-emprego (R\$ 1.155 no primeiro semestre de 2020).

O saldo de mútuo ativo na controladora em 2021, no montante de R\$ 477.753 refere-se substancialmente ao mútuo efetuado com as controlas RGE e CPFL Piratininga, com vencimento até dezembro de 2022 e remunerado a 107% do CDI. O saldo de mútuo registrado em 2020 refere-se substancialmente ao mútuo com a controlada CPFL Renováveis e foi recebido pela Companhia. O saldo de mútuo passivo na controladora em 2021 (R\$ 401.634) e em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 400.025) refere-se ao mútuo efetuado com a controlada CPFL Geração, com vencimento até dezembro de 2022 e remunerado a 97,7% do CDI.

O saldo de mútuo passivo no consolidado, no montante de R\$ 2.444.499 (R\$ 2.409.545 em 31 de dezembro de 2020), refere-se substancialmente ao mútuo entre a controlada CPFL Renováveis e a controladora State Grid Brazil Power-SGBP, com vencimento até dezembro de 2021 e remunerado a CDI + 1,1% a.a..

As transações com as entidades sob controle comum referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos pelas controladas da Companhia e pagos a subsidiárias diretas ou indiretas da State Grid Corporation of China.

Transações envolvendo acionistas controladores, entidades sob o controle comum ou influência significativa e empreendimentos controlados em conjunto:

	Consolidado							
	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020	1º Semestre 2021	1º Semestre 2020	1º Semestre 2021	1º Semestre 2020
Compra e venda de energia e encargos								
Entidades sob o controle comum (Controladas da State Grid Corporation of China)	-	-	-	-	13	-	179.651	139.143
BAESA – Energética Barra Grande S.A.	-	-	5.670	16.785	5	7	3.101	24.773
Foz do Chapecó Energia S.A.	-	1.745	53.509	47.822	8	10.258	297.597	257.465
ENERCAN - Campos Novos Energia S.A.	-	1.226	83.932	72.021	7	6.466	229.267	192.745
EPASA - Centrais Elétricas da Paraíba	-	-	36.067	20.994	2	2	-	27.918
Intangível, Imobilizado, Materiais e Prestação de Serviço								
Entidades sob o controle comum (Controladas da State Grid Corporation of China)	-	-	2.933	474	-	-	7.242	145
BAESA – Energética Barra Grande S.A.	7	161	-	-	1.045	1.137	-	-
Foz do Chapecó Energia S.A.	6	17	-	-	1.161	1.116	-	-
ENERCAN - Campos Novos Energia S.A.	-	-	-	-	1.014	1.004	-	-
EPASA - Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	-	-	-	-	93	91	-	-
Contrato de Mútuo								
State Grid Brazil Power Participações S.A.	-	-	2.444.499	2.409.545	-	-	43.573	-
Dividendo e Juros Sobre o Capital Próprio								
BAESA – Energética Barra Grande S.A.	13.296	3.545	-	-	-	-	-	-
ENERCAN - Campos Novos Energia S.A.	111.975	77.102	-	-	-	-	-	-
Outros								
Instituto CPFL	-	-	-	-	-	-	1.524	7.988

(33) GESTÃO DE RISCOS

As informações sobre a estrutura do gerenciamento de risco e os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios do Grupo estão divulgados na nota explicativa 34 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

O Grupo mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos.

As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.2.

(34) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pelo Grupo são como segue:

	Nota explicativa	Categoria / Mensuração	Nível (*)	Consolidado 30/06/2021	
				Contábil	Valor Justo
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 2	2.738.478	2.738.478
Titulos e valores mobiliarios	6	(a)	Nível 1	283.106	283.106
Derivativos	34	(a)	Nível 2	1.072.898	1.072.898
Ativo financeiro da concessão - distribuição	11	(a)	Nível 3	11.523.528	11.523.528
Total				15.618.010	15.618.010
Passivo					
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	18	(b)	Nível 2 (***)	3.548.036	3.547.751
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (**)	18	(a)	Nível 2	6.054.475	6.054.475
Debêntures - principal e encargos	19	(b)	Nível 2 (***)	5.993.311	6.368.726
Debêntures - principal e encargos (**)	19	(a)	Nível 2	1.387.638	1.387.638
Derivativos	34	(a)	Nível 2	13.762	13.762
Derivativos - outros	34	(a)	Nível 3	2.482	2.482
Total				16.999.704	17.374.834

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

(**) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, o consolidado apresentou uma perda de R\$ 49.100 no 1º semestre de 2021 (um ganho de R\$ 262.784 no 1º semestre de 2020).

(***) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1) / IFRS 7

Legenda

Categoria / Mensuração:

(a) - Valor justo contra o resultado

(b) - Mensurados ao custo amortizado

A classificação dos instrumentos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela companhia para cada instrumento.

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas informações contábeis intermediárias, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias, (ii) arrendamentos, (iii) contas a receber – CDE, (iv) cauções, fundos e depósitos vinculados, (v) serviços prestados a terceiros, (vi) convênios de arrecadação, (vii) ativo financeiro setorial e (viii) mútuo entre coligadas, controladas e controladora;
- Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) taxas regulamentares, (iii) uso do bem público, (iv) consumidores e concessionárias a pagar, (v) FNDCT/EPE/PROCEL, (vi) convênio de arrecadação, (vii) fundo de reversão, (viii) Contas a pagar de aquisição de negócios, (ix) descontos tarifários – CDE, (x) passivo financeiro setorial e (xi) mútuo entre coligadas, controladas e controladora.

Adicionalmente, não houve no primeiro semestre de 2021 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;

Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);

Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Contratos a termo e futuros são precificados utilizando as curvas futuras dos respectivos ativos subjacentes. Normalmente, estas curvas são obtidas nas bolsas onde esses ativos são negociados, ou outros provedores de preços de mercado. Quando não há preço para o vencimento desejado, são utilizadas interpolações entre

os vencimentos disponíveis.

Em função das controladas de distribuição terem classificado os respectivos ativos financeiros da concessão como valor justo contra resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos (perdas) no resultado do primeiro semestre de 2021 foi de R\$ 493.655 (R\$ 84.414 no primeiro semestre de 2020), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgados na nota 11 e 27.

A Companhia registra no consolidado, em "Investimentos em instrumentos patrimoniais" a participação de 5,94% que a controlada indireta Paulista Lajeado Energia S.A. detém no capital total da Investco S.A., sendo 28.154.140 ações ordinárias e 18.593.070 ações preferenciais, não cotadas em bolsa. O objetivo principal de suas operações é gerar energia elétrica que será comercializada pelos respectivos acionistas detentores da concessão, a Companhia registra o respectivo investimento ao seu valor justo, o qual o custo representa a sua melhor estimativa, uma vez que não há informações recentes disponíveis para apuração do valor justo, em conformidade com o CPC 48/IFRS 9.

b) Instrumentos derivativos

O Grupo possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* local de pelo menos AA- ou B- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys ou Fitch, e em caso de mais de 1, é considerada o menor *rating* entre elas. A Administração não identificou para o período de 2021 e exercício de 2020 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

O Grupo tem como política fornecer garantias financeiras para obrigações das suas controladas e empreendimentos controlados em conjunto. Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia havia emitido garantias para certas instituições financeiras em relação às linhas de crédito concedidas às suas controladas e empreendimentos controlados em conjunto, conforme apresentado nas notas 18 e 19.

Os instrumentos de proteção contratados pelo Grupo são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pelas controladas possuem prazos perfeitamente alinhados com a respectiva dívida protegida, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (nota 18 e 19). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, o Grupo não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 30 de junho de 2021 o Grupo detinha as seguintes operações de *swap*, todas negociadas no mercado de balcão:

Estratégia	Valores de mercado (contábil)			Valores a custo, líquidos ⁽¹⁾	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / indexador dívida	Moeda / indexador swap	Faixa de vencimento	Nocional
	Ativo	Passivo	Valores justos, líquidos						
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo									
Hedge variação cambial									
Empréstimos bancários - Lei 4.131	649.371	-	649.371	555.483	93.888	US\$ + (Libor 3 meses + 0,87% a 0,99%) ou (1,83% a 3,66%)	99,80% a 116% do CDI ou CDI + 0,61% a 0,90%	mai/19 a fev/25	2.846.258
Empréstimos bancários - Lei 4.131	320.097	-	320.097	304.863	15.235	Euro + 0,43% a 0,82%	102,6% a 105,8% do CDI ou CDI + 0,58% a 1,10%	mai/21 a mar/25	1.944.269
	969.469	-	969.469	860.346	109.123				
Hedge variação índice de preços									
Debêntures	103.283	(9.816)	93.467	72.635	20.832	IPCA + 4,3% a 5,8%	104,3% a 111,07% do CDI	ago/24 a maio/31	1.370.600
Empréstimos bancários - Lei 4.131	-	(3.945)	(3.945)	3.571	(7.516)	6,16%	CDI + 0,69%	mar/24	340.000
	103.283	(13.762)	89.522	76.206	13.316				
Subtotal proteção de dívidas	1.072.752	(13.762)	1.058.990	936.552	122.438				
Outros derivativos⁽²⁾									
						Indexador / moeda	Faixa de vencimento	Nocional em US\$	
Termo de Mercadoria (alumínio)	146	-	146	-	146	alumínio (US\$/ton)	ago/21 a jan/22	5.014	
NDF Dólar	-	(2.352)	(2.352)	(3.406)	1.054	US\$	ago/21 a jan/22	7.743	
NDF	-	(130)	(130)	(126)	(4)	EUR	ago/21	252	
Subtotal outros	146	(2.482)	(2.336)	(3.532)	1.197				
Total	1.072.898	(16.244)	1.056.655	933.020	123.635				
Circulante	327.316	(2.482)							
Não circulante	745.582	(13.762)							

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 18 e 19.

(1) Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nocional refere-se ao saldo principal da dívida e é reduzido de acordo com a respectiva amortização.

(2) Devido às características destes derivativos o nocional está apresentado em dólar norte-americano.

A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

	Consolidado			
	Saldo em 31/12/2020	Atualização monetária e cambial e marcação a mercado	Liquidação	Saldo em 30/06/2021
Derivativos				
Para dívidas designadas a valor justo	1.966.378	(279.685)	(750.141)	936.552
Outros	(978)	1.982	(4.536)	(3.532)
Marcação a mercado (*)	118.018	5.616	-	123.635
Total	2.083.418	(272.087)	(754.677)	1.056.655
Ativo - circulante	744.660			327.316
Ativo - não circulante	1.340.113			745.582
Passivo - circulante	(1.354)			(2.482)
Passivo - não circulante	-			(13.762)

(*) Os efeitos no resultado e resultado abrangente de 2021 referentes aos ajustes ao valor justo (MTM) dos derivativos são: (i) perda de R\$ 5.134 para as dívidas designadas a valor justo e (ii) ganho de R\$ 482 para outros derivativos.

Conforme mencionado acima, algumas controladas optaram por marcar a mercado dívidas para as quais possuem instrumentos derivativos totalmente atrelados (nota 18 e 19).

O Grupo tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratarem de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado consolidado, registrados na rubrica de receita e despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais e no resultado abrangente consolidado na rubrica risco de crédito na marcação a mercado, este último relativo às dívidas marcadas a valores justos:

Risco protegido / operação	Ganho (Perda) no resultado				Ganho (Perda) no resultado abrangente	
	2021		2020		2021	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
Varição de taxas de juros	24.769	40.697	417	7.218	-	-
Marcação a mercado	(21.115)	(54.907)	26.813	4.936	(5.313)	(5.116)
Varição cambial	(1.056.197)	(318.400)	604.947	2.393.040	-	-
Marcação a mercado	269.633	54.448	(70.097)	90.989	7.728	11.192
Total	(782.910)	(278.162)	562.080	2.496.182	2.415	6.075

c) Ativos financeiros da concessão - distribuição

Em função das controladas de distribuição terem classificado os respectivos ativos financeiros da concessão como mensurados pelo valor justo por meio de resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis e não existe um mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

d) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos do Grupo ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. O Grupo utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado.

e) Análise de sensibilidade

O Grupo realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um conseqüente impacto negativo no resultado do Grupo. Na mesma medida, quando a

exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma o Grupo está quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, euro, CDI, IGP-M, IPCA, TJLP e SELIC), conforme demonstrado:

e.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 30 de junho de 2021 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para três cenários distintos seria:

Consolidado					
			Receita (despesa)		
Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Depreciação cambial (b)	Apreciação cambial de 25%(c)	Apreciação cambial de 50%(c)
Instrumentos financeiros passivos	(3.475.525)		(185.442)	729.800	1.645.042
Derivativos - swap plain vanilla	3.560.510		189.976	(747.645)	(1.685.267)
	84.985	baixa dolar	4.534	(17.845)	(40.225)
Instrumentos financeiros passivos	(2.245.580)		(139.979)	456.410	1.052.800
Derivativos - swap plain vanilla	2.297.278		143.202	(466.918)	(1.077.038)
	51.698	baixa euro	3.223	(10.508)	(24.238)
Total	136.683		7.757	(28.353)	(64.463)
Efeitos no resultado abrangente acumulado			1.315	(5.001)	(11.317)
Efeitos no resultado do período			6.442	(23.352)	(53.146)
Receita (despesa) no resultado					
Instrumentos	Exposição (a) (US\$ mil)	Risco	Depreciação cambial (b)	Depreciação cambial de 25% (c)	Depreciação cambial de 50% (c)
		baixa alumínio			
Termo de Mercadoria (alumínio)	5.014 (d)	(US\$/ton)	-	(4.777)	(6.410)
NDF Dólar	7.995 (d)	baixa dólar	-	(9.615)	(19.230)

(a) A taxa de câmbio considerada em 30.06.2021 foi de R\$ 5,00 para o dólar e R\$ 5,93 para o euro.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sendo a taxa de câmbio considerada R\$ 5,27 e R\$ 6,30 e a depreciação cambial de 5,34% e 6,23%, do dólar e do euro respectivamente em 30.06.2021.

(c) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

(d) Devido às características destes derivativos o nocional está apresentado em dólar norte-americano.

Em função da exposição cambial líquida do dólar e do euro dos demais instrumentos serem um ativo, o risco é baixa do dólar e do euro, portanto, o câmbio é apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável.

e.2) Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 30 de junho de 2021 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

Instrumentos	Consolidado						
	Exposição	Risco	Taxa no período	Taxa cenário provável (a)	Receita (despesa)		
					Cenário provável	Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	2.642.295				173.863	217.329	260.795
Instrumentos financeiros passivos	(7.146.998)				(470.272)	(587.841)	(705.409)
Derivativos - swap plain vanilla	(6.678.987)				(439.477)	(549.347)	(659.216)
	(11.183.690)	alta CDI	2,27%	6,58%	(735.886)	(919.859)	(1.103.830)
Instrumentos financeiros passivos	(178.497)				(4.195)	(5.243)	(6.292)
	(178.497)	alta IGP-M	35,75%	2,35%	(4.195)	(5.243)	(6.292)
Instrumentos financeiros passivos	(449.502)				(21.936)	(27.420)	(32.904)
	(449.502)	alta TJLP	4,62%	4,88%	(21.936)	(27.420)	(32.904)
Instrumentos financeiros passivos	(5.832.428)				(326.616)	(244.962)	(163.308)
Derivativos - swap plain vanilla	1.534.513				85.933	64.450	42.966
Ativo financeiro da concessão	11.523.528				645.318	483.988	322.659
	7.225.613	baixa IPCA	8,35%	5,60%	404.635	303.476	202.317
Ativos e passivos financeiros setoriais	1.147.333				75.495	56.621	37.747
Instrumentos financeiros ativos	279.396				18.384	13.788	9.192
	1.426.729	baixa SELIC	2,27%	6,58%	93.879	70.409	46.939
Total	(3.159.346)				(263.503)	(578.637)	(893.770)
Efeitos no resultado abrangente acumulado					696	138	(420)
Efeitos no resultado do período					(264.199)	(578.775)	(893.350)

(a) Os índices foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

f) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de o Grupo incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e de instrumentos financeiros do Grupo. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 7 – Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

Contas a receber e ativos de contrato - Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

A exposição do Grupo ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito.

O Grupo utiliza uma matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de clientes de acordo com a classe de consumidor (Residencial, Comercial, Rural, Poder Público, Iluminação Pública, Serviços Públicos), Outras Receitas e Receita Não Faturada, consistindo em maioria por um grande número de saldos pulverizados.

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos.

Essas taxas refletem as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão do Grupo sobre as condições econômicas futuras ao longo da vida esperada dos recebíveis. Desta forma, fora calculada uma “Receita Ajustada”, refletindo a percepção do Grupo sobre a perda esperada. Tal receita ajustada foi alocada por classe de consumo (matriz), de acordo com o intervalo atualmente utilizado na provisão orientada pelos parâmetros regulatórios, como segue:

<u>Classe</u>	<u>Dias</u>	<u>Período</u>
Residencial	90	Receita de 3 meses anteriores ao mês atual
Comercial e outras receitas	180	Receita de 6 meses anteriores ao mês atual
Industrial, rural, poder público em geral	360	Receita de 12 meses anteriores ao mês atual
Não faturado	-	Utiliza receita do próprio mês

Desta forma, com base nas premissas acima, é calculado um índice “Ajustado” de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (“PDD”) para o mês, que foi determinado dividindo-se a “PDD Real” pela “Receita Ajustada” de cada mês. Na sequência, a PDD é estimada mensalmente, considerando a média móvel respectiva dos meses dos índices mensais “Ajustados”, e aplicada sobre a receita real do mês corrente.

Com base neste critério, o percentual de PDD a ser aplicado é alterado mensalmente, na medida em que é calculada a média móvel.

A metodologia utilizada pela Administração contempla um percentual que está aderente com a regra do IFRS descrita como *expected credit losses*, contemplando em um único percentual a probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla Probabilidade de Inadimplência (“*Probability of Default - PD*”), Exposição na Inadimplência (“*Exposure at Default - EAD*”) e Perda Dada a Inadimplência (“*Loss Given Default - LGD*”).

Fatores macroeconômicos

Após estudos desenvolvidos pelo Grupo para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, além dos efeitos da pandemia causada pelo COVID - 19 e que estão considerados em nossa metodologia de cálculo, não foram identificados outros índices ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuíssem correlação direta ao nível de inadimplência.

Caixa, equivalentes de caixa, Títulos e Valores Mobiliários

O Grupo limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um *rating* de pelo menos AA-.

O Grupo considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para o período de 2021 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 que os títulos tivessem uma mudança relevante no risco de crédito.

Derivativos

O Grupo possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (hedge econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por swaps de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* local de pelo menos AA- ou B- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys ou Fitch, e em caso de mais de 1, é considerada o menor *rating* entre elas (nota 34.b). A Administração não identificou para o período de 2021 e exercício de 2020 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

O Grupo tem como política fornecer garantias financeiras para obrigações das suas controladas e empreendimentos controlados em conjunto. Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia havia emitido garantias para certas instituições financeiras em relação às linhas de crédito concedidas às suas controladas e empreendimentos controlados em conjunto, conforme apresentado nas notas 18 e 19.

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.2.

(35) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

	Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020
Juros capitalizados	18.546	13.341
Transferência entre imobilizado e outros ativos	156	755

(36) FATOS RELEVANTES E EVENTOS SUBSEQUENTES

36.1 Leilão do controle acionário da Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica (“CEEE-T”)

Em 16 de julho de 2021, a controlada CPFL Cone Sul foi classificada em primeiro lugar no âmbito do leilão No. 01/2021, referente à alienação do controle acionário da Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica (“CEEE-T”), realizado pela B3 – Brasil, Bolsa, Balcão S.A. (“Leilão”).

A CPFL Energia, no âmbito da sessão pública do Leilão, por meio da CPFL Cone Sul, apresentou a oferta vencedora, no montante de R\$ 2.670.000.000,00 (dois bilhões, seiscentos e setenta milhões de reais), para aquisição de ações representativas de aproximadamente 66,08% do capital social total da CEEE-T (sendo, aproximadamente, 67,12% das ações ordinárias e 0,72% das ações preferenciais), atualmente detidas pela Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE-Par (“Ações”).

A publicação do resultado definitivo do Leilão está prevista para ocorrer até 17 de agosto de 2021, sendo que, nos termos do edital de licitação, após essa divulgação, a aquisição das Ações deverá ser submetida à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, para a obtenção de todas as autorizações necessárias.

A homologação do resultado do Leilão e a adjudicação de seu objeto estão previstas para ocorrer até 26 de agosto de 2021.

36.2 intangível de concessão relacionado ao GSF

Em 09 de setembro de 2020, a Lei nº 14.052 foi publicada estabelecendo principalmente novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, com vistas à compensação por riscos não-hidrológicos às usinas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE. Em 1º de dezembro de 2020, a Aneel aprovou a Resolução Normativa (REN) nº 895, que regulamenta a Lei nº 14.052/2020 e que deverá permitir a normalidade das liquidações do Mercado de Curto Prazo, recuperação e eficiência do mercado, com redução da percepção de risco do setor elétrico.

Baseada nessa resolução, a CCEE apresentou ao mercado e à ANEEL os cálculos individualizados por usina com o respectivo prazo de extensão de cada outorga.

Adicionalmente, em 30 de março de 2021, foi publicada a REN nº 930, retificando o entendimento sobre o alcance dos benefícios. A referida resolução concedeu compensação aos geradores que repactuaram a energia do ambiente de contratação regulada (ACR) para os anos de 2012 a 2014.

Após publicação da REN nº 930/2021 o Tribunal de Contas da União (TCU) apresentou representação solicitando esclarecimentos por parte da ANEEL e determinando a abstenção da prática de qualquer ato decorrente da REN nº 930/2021, inclusive homologar valores de compensação ou estender prazo de outorga de usinas integrantes do MRE que aderirem ao art. 2º da Lei nº 14.052/2020, até que seja analisado o mérito da representação.

Em 13 de julho de 2021, porém, foi sancionada a Lei nº 14.182/2021 que, em seu artigo 18, deu nova redação ao § 4º do artigo 2-A e ao § 9º do artigo 2-B da Lei nº 13.203/2015, ampliando o cálculo do prazo de extensão de outorga das usinas que repactuaram o risco hidrológico e incluindo as usinas estruturantes no cálculo da compensação financeira e extensão de outorga.

Assim sendo, entende-se que, que há perda de objeto na representação do TCU e em breve os novos valores devem ser publicados pela CCEE e homologados pela ANEEL.

36.3 Empréstimos e financiamentos - adições

A partir de 1º de julho de 2021 e até o momento da aprovação destas informações contábeis intermediárias, foi adicionado aos Empréstimos e financiamentos as captações abaixo:

Modalidade	Liberado em julho/21	Pagamento de juros	Amortização de principal	Taxa efetiva anual	Taxa efetiva com derivativos	Condições restritivas
Moeda nacional						
Lei 4.131						
RGE	340.000	Semestral	Duas parcelas em 06/2025 e 06/2026	1,8258% a.a	CDI+1,26%	(*)
CPFL Brasil	125.000	Semestral	Parcela única em junho/2024	7,3780% a.a.	CDI + 0,88% a.a.	(*)
CPFL Piratininga	107.000	Semestral	Parcela única em junho/2024	7,3780% a.a.	CDI + 0,88% a.a.	(*)

(*) Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia: dívida Líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75 e EBITDA ajustado dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Bo Wen

Presidente

Yuehui Pan

Anselmo Henrique Seto Leal

Gustavo Estrella

Antonio Kandir

Marcelo Amaral Moraes

Li Hong

Conselheiros

DIRETORIA

GUSTAVO ESTRELLA

Diretor Presidente

YUEHUI PAN

Diretor Vice-Presidente Financeiro
e de Relações com Investidores

FUTAO HUANG

Vice-Presidente Executivo Sênior
Diretor Vice-Presidente de Estratégia,
Inovação e Excelência de Negócios

GUSTAVO PINTO GACHINEIRO

Diretor Vice-Presidente Jurídico e
de Relações Institucionais

FLÁVIO HENRIQUE RIBEIRO

Diretor Vice-Presidente
de Gestão Empresarial

LUIS HENRIQUE FERREIRA PINTO

Diretor Vice-Presidente de Operações Reguladas

KARIN REGINA LUCHESI

Diretora Vice-Presidente de Operações de Mercado

VITOR FAGALI

Diretor Vice-Presidente de
Desenvolvimento de Negócios

DIRETORIA DE CONTABILIDADE

SERGIO LUIS FELICE

Diretor de Contabilidade
CT CRC 1SP192767/O-6



KPMG Auditores Independentes
Av. Coronel Silva Telles, 977 - 10º andar, Cambuí
13024-001 - Campinas/SP – Brasil
Edifício Dahruj Tower
Caixa Postal 737 - CEP 13012-970 - Campinas/SP - Brasil
Telefone +55 (19) 3198-6000, Fax +55 (19) 3198-6205
www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Conselheiros e Acionistas da
CPFL Energia S.A.
Campinas - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da CPFL Energia S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - *Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade* e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações

contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Campinas, 12 de agosto de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP027612/O-4

Marcio José dos Santos
Contador CRC 1SP252906/O-0

**DECLARAÇÃO**

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da **CPFL Energia S.A.**, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Jorge de Figueiredo Corrêa, nº 1.632 – parte - Jardim Professora Tarcília – CEP: 13087-397, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 02.429.144/0001-93, declaram que:

a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras da **CPFL Energia S.A.** de 30 de junho de 2021;

b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da **CPFL Energia S.A.** de 30 de junho de 2021.

Campinas, 12 de agosto de 2021.

STATEMENT

In compliance with the provisions in items V and VI of article 25 of the Brazilian Securities & Exchange Commission (CVM) Instruction No. 480, of December 7, 2009, as amended by CVM Instruction No. 586, of June 8, 2017, the chief executive officers and the officers of **CPFL Energia S.A.**, a publicly traded company, with its registered office at Rua Jorge de Figueiredo Corrêa, nº 1.632 – parte - Jardim Professora Tarcília – CEP: 13087-397, Campinas, Estado de São Paulo - Brazil, enrolled with the National Register of Legal Entities (CNPJ) under No. 02.429.144/0001-93, hereby stated that:

a) they have reviewed and discussed, and agree with, the opinions expressed in the opinion of KPMG Auditores Independentes on the financial statements of **CPFL Energia S.A.**, of June 30, 2021;

b) they have reviewed and discussed, and agree with, the financial statements of **CPFL Energia S.A.**, of June 30, 2021.

Campinas, August 12, 2021.

Sergio Luis Felice
Diretor de Contabilidade
Chief Accounting Officer
CT CRC: 1SP192.767/O-6
CPF: 119.410.838-54

Yuehui Pan
Diretor Vice-Presidente Financeiro e de
Relações com Investidores
Chief Financial and Investor Relations
Officer
CPF: 061.539.517-16

Gustavo Estrella
Diretor Presidente
Chief Executive Officer